



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 1194/15	<b>DATA:</b> 14/07/2015	
<b>LOCAL:</b> Plenário 14 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 15h30min	<b>TÉRMINO:</b> 20h25min	<b>PÁGINAS:</b> 91

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO**

Discussão e votação do Relatório Final da CPI.

**OBSERVAÇÕES**

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há palavra ou expressão ininteligível.  
A reunião foi suspensa e reaberta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todas e a todos. Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Vamos passar para os itens da pauta. Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas das 38<sup>a</sup>, 39<sup>a</sup>, 40<sup>a</sup>, 41<sup>a</sup> e 42<sup>a</sup> Reuniões Ordinárias da Comissão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Solicito a dispensa da leitura das atas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido do Deputado Luiz Couto, foi dispensada a leitura das atas.

Em discussão as atas.

Não havendo quem queira discuti-las, coloco as atas em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as Atas das 38<sup>a</sup>, 39<sup>a</sup>, 40<sup>a</sup>, 41<sup>a</sup> e 42<sup>a</sup> Reuniões Ordinárias da Comissão.

Expediente.

Em cumprimento ao § 8º do art. 19 do Ato da Mesa nº 45, de 2012, que trata da aplicação da Lei de Acesso à Informação na Câmara dos Deputados, solicito aprovação do colegiado para que os depoimentos reservados das diligências ocorridas nos Estados sejam considerados ultrassecretos, para que possamos garantir a integridade física dos depoentes.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a garantia de os depoimentos serem considerados ultrassecretos.

Trata-se de um requerimento, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, por 15 anos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Isso é pesado. Ultrassecreto tem que ser coisa de Estado, mas tudo bem. Se V.Exa. falou, está tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - São depoimentos de vítimas e familiares.

Passamos ao terceiro item da pauta.

Ordem do Dia.



Apreciação do Relatório Final da CPI.

Passarei a palavra à Deputada Rosangela Gomes, Relatora da CPI, para que apresente sucintamente as alterações realizadas nessa versão do Relatório da CPI. Após a fala da Relatora, abrirei a palavra para os Deputados que queiram discutir a matéria. Os membros da Comissão poderão falar uma única vez, por 15 minutos, e não membros, por até 10 minutos, de acordo com a ordem de inscrição. Até o anúncio da votação fica franqueada a apresentação de destaques supressivos.

Como foi apresentado um relatório preliminar e essa é a terceira reunião para o debate, eu queria solicitar à Relatora que leia só as conclusões finais do relatório.

Com a palavra a Relatora Rosangela Gomes.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - A conclusão e as partes que tiveram alguma modificação. Acho que são poucas, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, o.k.

Então, com a palavra a Relatora Rosangela Gomes.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Boa tarde a todas e todos. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - Homicídios de Jovens Negros e Pobres.

CPI criada em 4 de março de 2015 para apurar, no prazo de 120 dias, as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; Vice-Presidente, Deputado Orlando Silva; 2ª Vice-Presidente, Deputada Mariana Carvalho; 3º Vice-Presidente, Deputado Wilson Filho; Relatora, Deputada Rosangela Gomes”.

De forma consensual, passamos às conclusões e recomendações, que se encontram à página 96.

“A Comissão, com a finalidade de agir dentro das suas atribuições em nome das vítimas e de seus familiares, traz recomendações sobre uma série de providências legislativas que visam ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro com vista ao efetivo enfrentamento do homicídio de jovens negros e pobres. Cada uma delas foi anteriormente detalhada. Algumas são de autoria da CPI, outras são proposições e tramitações que, por questão de economia



processual, entende-se vantajoso apoiar textos que já se encontram em estado avançado de tramitação. São elas:

a) Projetos de lei que estabelecem:

- o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, de autoria da CPI;

- o uso controlado da força pelos órgãos de segurança pública, de autoria da CPI;

- o aperfeiçoamento do controle externo da Polícia pelo Ministério Público, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1940, Código de Processo Penal;

- que organiza o Sistema Único de Segurança Pública, recomendando-se a adoção da proposta apresentada pelo Deputado Major Olímpio, a partir da análise dos PLs nºs 3.734, de 2012 e 6.666, de 2002, na Comissão Especial que trata da elaboração da Lei Orgânica da Segurança Pública;

- o fim da elaboração de autos de resistência e a adoção de medidas rigorosas de investigação dos crimes cometidos contra a vida, recomendando-se a aprovação imediata do PL nº 4.471, de 2012;

- que extingue a produção, circulação e uso do dinheiro em espécie e determina que as transações financeiras se realizem apenas através do sistema digital, recomendando a aprovação do PL nº 48, de 2015, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes;

- que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que dispõe sobre a reserva de vagas oferecidas em concurso público, recomendando a aprovação do PL nº 1.714, de 2015, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes.

- que institui o Programa Federal de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte — PPCAM, recomendando a aprovação do PL nº 5.234, de 2005;

- que institui o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos — PPDDH, recomendando a aprovação do PL nº 4.575, de 2009;

- que institui o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP, recomendando a aprovação do PL nº 3.734, de 2012;



- que acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal, recomendando a aprovação do PL nº 7.764, de 2014;

- que modifica a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde — SUS, recomendando a aprovação do PL nº 7.103, de 2014;

- que altera o Código de Processo Penal e tem por objetivo garantir o contato da pessoa presa com um juiz em 24 horas após a prisão em flagrante. Atualmente a lei brasileira apenas prevê o encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao juiz competente para análise da legalidade e da necessidade da manutenção da prisão cautelar. Importante ressaltar que o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e a OAB já se posicionaram a favor do projeto de lei, recomendando a aprovação do PL nº 554, de 2011;

- que propõe a revogação do crime de desacato à autoridade. A figura do desacato é, de certa forma, a legitimação jurídica da pergunta *“Você sabe com quem está falando?”* que, como diz o antropólogo Roberto DaMatta, *“engendra um impasse pela introdução de uma relação — hierárquica — num contexto que teoricamente deveria ser resolvido pela aplicação individualizada e automática da lei”*. Esse tipo penal não é comum em outros países de tradições jurídicas similares ao Brasil. Sua origem é um resquício da autoridade monárquica e da corte portuguesa no País e não nos parece conciliável com a prática democrática e com nossa Constituição Cidadã, muito menos com os mais relevantes tratados internacionais de direitos humanos, em especial, o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. De fato, o tipo penal do desacato foi questionado na Corte Interamericana de Direitos Humanos pela Defensoria Pública de São Paulo e, tendo em vista a gravidade de uma condenação em tal corte, parece-nos oportuno que esta Comissão proponha a revogação do art. 331 do Código Penal, que também é uma reivindicação das Defensorias Públicas brasileiras. O Projeto de Lei nº 602, de 2015, também propõe que a prática da *“carteirada”* seja desestimulada, e, entendendo seu caráter precípua de infração administrativa, altera a Lei nº 8.429, de 1992, tornando o abuso de autoridade, a prática da *“carteirada”*, um ato de



improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública — princípio da moralidade administrativa —, punível com perda da função pública, suspensão dos direitos políticos ou multa. Recomendando a aprovação do PL nº 602, de 2015, de autoria do Deputado Jean Wyllys;

- que torna inadimplente o Município que deixar de aplicar os dispositivos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Proposição de autoria da CPI.

- que cria a Semana e o Dia Nacionais de Enfrentamento aos Homicídios de Jovens, de autoria da CPI;

b) as Propostas de Emenda à Constituição que:

- concede à União competência para legislar sobre norma geral em matéria de segurança pública, incluindo a produção de dados criminais e prisionais, a gestão do conhecimento e a formação dos profissionais, e para a criação e o funcionamento, nos órgãos de segurança pública, de mecanismos de participação social e promoção da transparência, de autoria da CPI;

- dá nova organização à perícia oficial, apresentada pela Comissão e a PEC nº 325, de 2009;

- cria o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos, apresentada pela Comissão;

- cria órgão de correição da atividade policial, recomendando-se a apreciação da PEC nº 381, de 2009;

- estabelece a possibilidade da criação de polícias estaduais únicas, desmilitarizadas e de ciclo completo, recomendando-se a apreciação da PEC nº 423, de 2014;

- desvincula os militares estaduais de constituírem Força Auxiliar do Exército, recomendando-se a apreciação da PEC nº 56, de 2015, de autoria do Deputado Cabo Sabino e que tramita nesta Casa;

- atribui à Polícia Federal a apuração de crimes praticados por milícias privadas e grupos de extermínio, bem como para conferir à Justiça Federal a competência para o processamento e julgamento desses crimes. Proposição de autoria da CPI;



- que acrescenta os incisos III e IV ao § 8º do art. 227, para estabelecer os planos de enfrentamento ao homicídio de jovens, de autoria da CPI.

c) Proposta de Resolução da Câmara dos Deputados que:

- cria o Observatório de Combate à Discriminação Racial, Intolerância e Outras Formas de Violências, no âmbito da Câmara dos Deputados;

- cria a Comissão Temporária Especial para acompanhamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, de autoria da CPI.

Recomendações aos Poderes Executivos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais:

1. Instituir campanhas, programas e projetos de comunicação em todas as mídias, em âmbitos público e privado, voltados à promoção da igualdade racial e ao combate à discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero, geracional/juventude negra, religiosa, sobretudo em relação aos povos e comunidades tradicionais. Garantir nos materiais produzidos a divulgação da legislação antirracista e das políticas públicas da promoção da igualdade racial, com tecnologia assistiva.

2. Inserir na grade curricular e promover cursos de formação continuada dos cursos na área de segurança pública, incluindo os guardas municipais, bem como membros das defensorias públicas, ministérios públicos estaduais, órgãos do Poder Judiciário e sistema penitenciário em temas como as Leis nºs 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008, o Estatuto da Igualdade Racial e demais temas relativos à diversidade étnico-racial, orientação sexual, geracional e de gênero, bem como para o atendimento às mulheres vítimas de violência, com ênfase no enfrentamento às situações de abuso e violências nas abordagens à população negra e a outros grupos discriminados no enfrentamento do racismo institucional.

3. Garantir a implementação das regras mínimas de presos da ONU, regras mínimas de mulheres presas da ONU, Bangkok, bem como manter a implementação da Lei nº 7.210/84, Lei de Execuções Penais. Assegurar o cumprimento da Resolução nº 8 do CNPC — Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária/MJ, que garante a assistência religiosa, sem discriminação de religiões de matriz africana, nos estabelecimentos penais de todo território nacional, bem como a implementação do plano de ação da conferência de combate ao racismo,



xenofobia e intolerâncias correlatas e demais pactos e convenções de que o Brasil é signatário no que se refere ao princípio da dignidade da pessoa humana. Fortalecimento e estrutura das defensorias públicas nos Estados.

4. Garantir a criação de uma instância no Ministério da Saúde para a institucionalização e implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, implementando o II Plano Operativo e garantindo recursos financeiros — plano plurianual, recursos do pré-sal, entre outros — e mecanismos de monitoramento no SUS, com acompanhamento dos conselhos de saúde e comitês técnicos de saúde da população negra. Garantir ainda o combate ao racismo, ao racismo institucional e a redução das iniquidades de que são vítimas, como as geracionais, de gênero e no segmento LGBT, estabelecendo metas específicas nos planos municipais, estaduais e nacional de saúde, nos termos de compromisso de gestão do Decreto nº 7.508, de 2011, e a aplicação da Lei nº 12.288 em todos os formulários do sistema de informação do SUS e da rede complementar de saúde.

5. Destinar 40% do orçamento da Cultura gerido pelo MINC para a cultura negra de todo o País e mais 30% de cada fundo existente nos demais Ministérios para financiar, valorizar e promover as culturas das comunidades tradicionais quilombolas, povos ciganos e povos de terreiros, bem como mapear e diagnosticar patrimônios materiais e imateriais dos segmentos supracitados, assegurando recursos financeiros para a sustentabilidade dessas políticas, valorizada a partir do menor IDH de todas as regiões brasileiras.

6. Criar um departamento de comunicação no âmbito da SEPPIR, que terá a responsabilidade de articular junto à SECOM/PR a organização e a implementação de Política Nacional de Comunicação, para o enfrentamento ao racismo e democratização da mídia; e junto ao Ministério das Comunicações e ao Ministério Público a efetivação de mecanismos de monitoramento e punição de manifestação racista, sexista e homofóbica na mídia. Garantir, com isso, a valorização da cultura e da história, com destaque para os povos e comunidades tradicionais, respeitando gênero, identidade de gênero e geracional, orientação sexual e necessidades de pessoas com deficiência, considerando as diretrizes contidas nos Planos de Ação de Durban e das conferências nacionais.



7. Encaminhar projeto ao Legislativo que determine a garantia de recursos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União, dos Estados e dos Municípios para: a) a implementação de Políticas e Programas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Relatora, para a gente abrir o debate... Eu estou consultando os Deputados, temos as Recomendações Gerais. Há várias recomendações ao Poder Executivo, aos Poderes, à Câmara, ao Ministério Público, às Defensorias Estaduais. Eu pergunto ao Plenário se a Relatora pode ler as Recomendações Gerais, à página 117. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Pode ser? Vamos às Recomendações Gerais, à página 117, porque só ao Executivo são quase 90 recomendações, depois ao Ministério Público, à Defensoria Pública. Se não ficar prejudicado, a gente passa para as Recomendações Gerais. Isso tudo já foi lido na outra sessão, não é? Página 117.

O.k.? Há concordância do Plenário? *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Com a palavra a Relatora, para as Recomendações Gerais.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - "Recomendações Gerais.

81. Apoio à proposta prescrita pela Comissão Externa de Combate ao Racismo, que sugere o aumento das penas de crime de injúria racial para de 2 a 5 anos, o que faria que tal delito fosse excluído dos crimes de menor potencial ofensivo;

82. Criação de uma Comissão Especial para tratar de projetos de lei sobre crimes raciais. Objetiva-se, portanto, que todas as proposições em tramitação na Câmara dos Deputados sejam apreciadas e discutidas por uma comissão específica e temporária;

83. Avaliar a adequação da atual redação do art. 140 do Código Penal, que define o crime de injúria racial, em relação ao crime de racismo pelo fato da ocorrência de possíveis distorções na interpretação para punição de crimes raciais;



84. À Câmara dos Deputados, para a criação e instalação de uma Comissão Especial para apreciar o projeto de lei do Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios de Jovens.

Além dessa ação proativa da Comissão no que diz respeito à apresentação de proposições e da recomendação dos Poderes Executivos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais e de demais Poderes e órgãos, é necessário reafirmar alguns importantes aspectos sustentados durante toda a exposição do relatório.

No que diz respeito ao levantamento das causas e razões da violência contra os jovens negros e pobres, pode ser levantado que a razão primordial do genocídio institucionalizado de jovens negros e pobres é o racismo que, historicamente, acompanhou nossa trajetória. O povo brasileiro, desde sua origem, caracteriza-se pela colocação do não-branco como inferior. Tal funesta ideologia, arditosamente e com o passar do tempo, foi mantendo os negros submetidos a uma barreira que os impediu de atingirem a igualdade com os brancos, no contexto social. A partir de tal constatação-matriz, divisam-se todos os demais desdobramentos lógicos, que se constituem na segregação ocupacional, locacional e educacional, apenas para citarmos alguns exemplos.

Não tendo acesso aos melhores postos de trabalho, aos locais dignos de moradia e à formação educacional de qualidade, a juventude negra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço ao Plenário um pouco mais de silêncio para garantirmos a leitura das recomendações finais.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Não tendo acesso aos melhores postos de trabalho, aos locais dignos de moradia e à formação educacional de qualidade, a juventude negra e pobre encerrou-se numa armadilha sistêmica. Do alçapão, são jogados para a marginalidade, e, não raro, para as garras do crime organizado, que, como lembra Darcy Ribeiro, *“oferece uma massa de empregos na própria favela, bem como uma escala de heroicidade dos que o capitaneiam e um padrão de carreira altamente desejável para a criançada. (...) O normal da marginalia é uma agressividade em que cada um procura arrancar o seu, seja de quem for. Não há família, mas meros acasalamentos eventuais. A vida se assenta numa unidade matricêntrica de mulheres que parem filhos de vários homens. Apesar de toda miséria, essa heroica mãe defende seus filhos e, ainda que com fome,*



*arranja alguma coisa para pôr em suas bocas. (...) As circunstâncias fazem surgir, periodicamente, lideranças ferozes que a todos se impõem na divisão do despojo de saqueios.” E Sartre observa que “vivemos o tempo da deflagração: quer o aumento da natalidade amplie a miséria, quer os recém-chegados devam recear viver um pouco mais que morrer, a torrente da violência derruba todas as barreiras”.*

Em suma, de modo mais ou menos assumido, o racismo maculou nosso caminho, cujo passo temos a preciosa oportunidade de corrigir. Para tanto, é primordial, de pronto, com a maturidade democrática inerente a uma Pátria que se pretende democrática, reconhecermos a ocorrência de um genocídio institucional, que deve ser objeto de atenta e responsável guinada, a cargo de todos os Poderes e das diversas esferas da Federação.

O genocídio da população negra, pobre e periférica com o qual esta Comissão entrou em contato é uma matança simbólica. A matança da vontade de vencer, da autoestima, que consiste na tentativa da supressão da esperança da conquista da igualdade entre a população negra e pobre e a branca ao longo dos séculos. Ao sufocar os negros pela completa ausência dos serviços mais básicos que o Estado tem o dever de prestar, promoveu-se o surgimento de todo o tipo de sentimentos negativos na população em relação aos agentes do Estado nos territórios onde a violência se instalou.

Nesse brutal contexto, encontram-se perversos instrumentos como, por exemplo, o auto de resistência, cuja existência a CPI recomenda que seja eliminado pela aprovação imediata do PL nº 4.471, de 2012. Outro exemplo dessa perversidade é a tentativa de diminuição da maioria penal, que atingirá, de forma negativa e em cheio, a população mais vulnerável e carente do apoio do Estado. Caso essa barbárie prospere, teremos o severo agravamento da situação prisional no cenário de total ineficácia das medidas ressocializadoras. Os membros da CPI, portanto, repudiam tal medida.

Encerramos esse relatório com a consciência tranquila de que todo o possível foi realizado no tempo que nos foi concedido. Agradecemos o apoio e o incentivo dos pares e conclamamos a todas as forças políticas que participaram ativamente desse trabalho para seguirem juntas pela efetivação das medidas aqui propostas.

Sala de sessões.



Relatora Rosangela Gomes”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Relatora, pela apresentação.

Vamos passar ao debate. Há vários Deputados e Deputadas inscritos.

Vou passar a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente, eu já estou apresentando voto em separado. Está certo, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Por 15 minutos, está com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente, com todo o respeito que devo a V.Exa. e a todos — V.Exa. se empenhou muito nesta CPI —, a minha visão, por tudo de que participei, é de que a CPI teve só um lado, só viu o lado esquerdo, só viu um lado. Então, essa balança só pendeu para um lado, Sr. Presidente. Vou dar um exemplo claro de como isso ocorreu e num dos maiores Estados da Federação: o Presidente José Vicente, do movimento afro de São Paulo, não foi nem sequer convidado para participar.

Quem é José Vicente? É reitor, advogado, mestre em Administração, doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, fundador e presidente do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior, fundador-presidente da AFROBRAS — Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, membro do Conselho da Cidade da Prefeitura de São Paulo, membro do Conselho de Autorregulação Bancária...

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Não foi distribuído o voto em separado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Isso não é voto, é só o meu comentário. Isso não está no voto.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Ah, o meu voto. Está bem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Benedita da Silva, ele tem 15 minutos. Vamos garantir-lhe a fala e também o tempo para dar o seu voto em separado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Ele é membro do Conselho de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos — FEBRABAN, membro do Conselho Superior de Responsabilidade Social...

Não vou ler todo o currículo de José Vicente, um ícone no movimento negro brasileiro, atacado diversas vezes por injúria racial, que infelizmente não foi convidado para participar da audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo. Embora o Vice-Presidente, Deputado Orlando Silva, tenha conversado com ele, não o convocou. Ele se prestou a ir lá, e o Deputado Orlando Silva não o convocou. Eu estive com o José Vicente hoje, aqui, na Câmara, conversando com ele.

Outro: Nadir de Campos Júnior, Promotor de Justiça atuante no movimento negro brasileiro, promotor do caso von Richthofen, conhecedor das causas negras e dos assassinatos, em geral, no Brasil, principalmente dos assassinatos de negros e pobres. Foi só para dar um exemplo de como foram conduzidos os trabalhos. Quer dizer, esse trabalho só vê um lado, a balança só pendeu para um lado, Sr. Presidente.

Continuando o meu voto em separado, faço referência à parte que fala sobre genocídio. Eu não vislumbrei, em todas essas investigações, o genocídio. Genocídio é uma palavra muito forte, Sr. Presidente. É uma coisa muito grave acusar um país como o Brasil de genocídio. Isto aqui não é brincadeira, não. Isto aqui é uma CPI da Câmara dos Deputados Federais, que legisla para 200 milhões de brasileiros. Nós não podemos deixar esta CPI ser dirigida por um lado só, por um pensamento só. Se é uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a verdade, vamos apurar a verdade, mas não só ouvindo um lado. Afora Rondônia, não houve um Estado, Sr. Presidente, em que não fui vaiado. Isso demonstra como o peso estava de um lado, porque, se em um Estado eu falo e sou aplaudido, nesses todos em que estive fui vaiado, então há alguma coisa errada. Ou eu estou errado, pode ser, ou quem foi convidado para o Plenário é que não faz a mistura, tem só uma parte radical de visão.



Sr. Presidente, está vendo só como está o negocio? Eu quero trabalhar aqui tranquilo, e estou sendo atrapalhado por esse pessoal. Se querem participar da reunião, participem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos garantir a fala do Deputado. Eu quero pedir ao Plenário respeito à fala do Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Que seja garantida a segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Está garantida, há tranquilidade. Vamos garantir o registro da opinião do nobre Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Não estou vendo isso, não. Já chega ontem lá em Recife.

Foi falado aqui também que há mais de 500 anos os negros são perseguidos no Brasil. Os negros só chegaram aqui em 1535, em 1538. Esse pessoal precisa de estudar um pouco de História do Brasil, para saber o que está acontecendo, e de História Geral também, para ver quando é que o pessoal chegou aqui ao Brasil. Foi no período das capitânicas hereditárias e no ciclo da cana-de-açúcar, no Estado da Bahia, em Pernambuco, naquela região toda lá.

Para ganhar tempo, eu vou ser breve, porque o pessoal aqui está meio impaciente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. tem 15 minutos, com toda a tranquilidade. Deputado Delegado Edson Moreira, a Deputada Benedita da Silva vai abrir a Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo. Ela vai e volta.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, quero alertar que abriu a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos garantir o debate, a discussão, e nós vamos votar na hora em que terminar a Ordem do Dia. Nós vamos suspender a reunião, mas podemos discutir para ganhar tempo processual.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sobre as conclusões da CPI, já foi mudado o relatório — deve estar por aí —, mas, no relatório preliminar, no primeiro parágrafo, apresentou-se uma conclusão geral dos trabalhos de investigação da CPI, de forma pontual. Nesse trecho do relatório, o objetivo é o registro das causas e razões da violência contra os jovens negros e pobres. Sistematizando-as, a causa primordial é o genocídio — no meu caso, sou contrário ao termo “genocídio” — institucionalizado de jovens negros e pobres, o racismo, que historicamente acompanhou nossa trajetória. O povo brasileiro, desde a sua origem, caracteriza-se pela colocação do não branco como inferior.

Tal funesta ideologia, arditosamente, e com o passar do tempo, e com as vicissitudes políticas, foi mantendo os negros submetidos a uma barreira que os impediu de se colocar em pé de igualdade no contexto social. A partir de tal constatação-matriz, divisam-se todos os demais desdobramentos lógicos, que se constituem na segregação ocupacional, locacional e educacional.

Ora, se o problema é o racismo, as proposições legislativas deveriam ser no sentido de erradicá-lo, de fortalecer as políticas de cota e de avaliar a efetividade dos diversos programas já implantados contra o racismo pelo Governo. Se o problema é a segregação ocupacional, políticas públicas e capacitação dos jovens negros e pobres deveriam ser desenvolvidas. Se o trabalho é educacional, estaria na hora de avaliarmos as políticas de cotas para negros nas universidades e de fiscalizarmos os investimentos em educação. O maior indício de que este é um relatório tendencioso é o fato de que, diferentemente de atacar o problema em suas raízes, apontadas pelo relatório como sendo racismo, a CPI resulta em projetos de lei que mexem na segurança pública, fragilizando-a e dificultando a ação dos policiais.

Assim, neste voto em separado, a partir das informações extraídas dos trabalhos da CPI, chegamos às seguintes conclusões acerca da violência contra os jovens negros e pobres. A origem do racismo no País remonta às raízes do Brasil Colônia e vem-se mantendo de forma velada e tácita, mas aparente nos indicadores sociais. A violência contra os jovens negros e pobres está mais relacionada a condições sociais desfavorecidas que os mantêm em um contexto de relação próxima com a violência do que a etnia e a raça em si, traduzidas em escolas piores,



poucos programas de lazer gratuito, falta de oferta de trabalho ou postos de trabalho desmotivadores, ambientes familiares adoecidos, moradias impróprias, apelo ao tráfico por proporcionar maiores condições de consumo, entre outros. Como os jovens negros estão em maior número nos contextos sociais empobrecidos, eles são as maiores vítimas. Os jovens brancos em situação de contexto social empobrecido também são vítimas.

Locais nos quais a segurança pública possui maiores condições de enfrentamento da violência, seja de forma ostensiva, seja por meio de programas pacificadores sociais, o número de homicídios de jovens diminui, apesar de os números de vítimas policiais aumentarem. Ocorre atualmente, no País, o extermínio de policiais que também possuem o perfil de jovens negros.

São causas identificadas para os homicídios: desagregação familiar; falta de políticas públicas da União, Estados e Municípios; envolvimento com crime e droga.

Com o desenvolvimento dos trabalhos da CPI, a identificação de responsáveis pelo problema enfrentado é de extrema importância, e, infelizmente, teríamos de reportar ao Ministério Público quase todos os gestores da educação do País, por exemplo, o que seria impossível. No entanto, caberia questionar por que ainda não foi integrado o sistema de escola integral, cursos técnicos em escolas especializadas para valorizar o jovem, programas de integração familiar, o investimento em esporte para a juventude, fatores que integram o jovem a valores corretos de vida e não só o credenciam na procura do caminho do bem, como conseqüentemente o afastam do mundo das mazelas do crime e das drogas, que o leva à morte.

Como solução, proponho investimento em escolas técnicas profissionalizantes de tempo integral; implantação de programas de integração familiar nos bairros principalmente de periferia; fiscalização do emprego de recursos públicos na educação; acompanhamento anual das metas do Plano Nacional Educação — a educação não pode ser meramente um discurso estampado num documento do *Pátria Educadora*, tem que ser efetivamente colocada como prioridade —; criação de um programa de acompanhamento social do jovem em situação de risco, vinculado ao programa Bolsa Família; criação de incentivos fiscais a empresas que empregarem trabalhadores, estagiários ou aprendizes jovens



negros e pobres; punição adequada aos criminosos que cometem homicídios contra essa parcela população, inclusive quando forem menores de idade; valorização da segurança pública como ferramenta prioritária para o enfrentamento da violência com a destinação de recursos públicos para programas de interação entre jovens e policiais; melhorias de remuneração; investimentos nas condições adequadas de trabalho, inclusive na modernização de ferramentas e estratégias de trabalho; criação de um programa nacional de enfrentamento ao tráfico de drogas, com participação de todas as esferas de governo dos três Poderes e de parcerias internacionais; e combate impiedoso e forte às organizações criminosas, que são chefiadas pelos empresários da droga.

Para concluir, Sr. Presidente, pergunto: por que V.Exa. não estava aqui, Vice-Presidente, quando eu falei da reunião de São Paulo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Está registrado nas notas taquigráficas, e ele vai fazer a leitura posteriormente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Vou ler as notas taquigráficas.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Mas aí não tem graça. Não tem graça! Tinha que ser ao vivo e a cores.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Eu vou falar a verdade do que aconteceu lá também. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Vamos garantir a fala.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - O controle externo das Polícias não pode ser colocado no Código de Processo Penal. Sr. Presidente, o Código de Processo Penal não tem nada a ver com o controle externo de polícia. Isso tem que ser posto na Lei Orgânica do Ministério Público e também na das Polícias. Ainda, até hoje, as Polícias brasileiras não têm lei orgânica. Isso é uma vergonha, Sr. Presidente! Não existe nem a nacional, e algumas estaduais, à meia boca.

Proibir o policial de fazer investigação, de usar a sua carteira para trabalho... Fora de trabalho, ele não deve usá-la; uns até a escondem. Também, venhamos e convenhamos, Sr. Presidente, não dá, não é? Qual é o jeito que o cara vai trabalhar?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado Delegado Edson Moreira. Como V.Exa. foi interrompido, tem mais 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sobre o crime de milícia federalizado, a Polícia Federal não tem condições de investigar crimes de milícia. Pode ajudar em alguns, mas federalizar esse crime, Sr. Presidente, é impossível.

Quanto à apresentação do preso em 24 horas, são dadas muitas funções aos policiais, e se esquecem de conhecer o organismo por dentro. Escrever no papel é muito bonito, Sr. Presidente, mas a prática, lá embaixo, é muito difícil.

Sobre a maioria penal eu não vou nem falar, porque é um descalabro o que foi escrito aqui, porque está sendo discutida a maioria penal em plenário e, tendenciosamente, mais uma vez, colocam a redução da maioria penal aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Com isso, Sr. Presidente, eu concluo por aqui mesmo.

Agora, Deputado Orlando Silva, V.Exa. deveria estar no começo da reunião para me escutar. Na hora em que V.Exa. for falar, eu vou ter que sair.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Eu imagino...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o próximo orador, o Deputado Major Olimpio, por 15 minutos.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Presidente, pela ordem.

Eu só gostaria que V.Exa. me orientasse, porque eu tenho a abertura da Frente Parlamentar. A Ordem do Dia já começou. Quando é que V.Exa. vai interromper esta reunião, para que eu possa abrir a Frente, votar no plenário e, quando possível, voltar aqui? Quero acompanhar a reunião, porque, quando há um voto em separado, nós temos que ter esse voto por escrito para poder fazer o acompanhamento, a não ser que nós não votemos, primeiro, o voto em separado e, depois, o relatório. Eu preciso saber da orientação de V.Exa.. Nós vamos votar o relatório?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Não. Nós não apreciaremos o voto em separado, nós vamos apreciar o relatório. Na CPI, não há voto vencido. Ou aprovamos o relatório, ou rejeitamos o relatório. Não há voto vencido.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Os votos em separado já estão disponibilizados eletronicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim. Os votos em separado já foram distribuídos eletronicamente, e eu peço que distribuam os votos em separado a todos em papel.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos passar como será a metodologia aqui. Há oito Deputados inscritos, e vários outros vão usar da palavra. Então, são nove, dez. Qual é a ideia? Vamos encerrar o processo de discussão. Eu vou iniciar a votação quando terminar a Ordem do Dia. Nós vamos suspender a reunião após as várias intervenções dos Deputados que estão inscritos, e aí nós vamos convocar os Parlamentares para o processo de votação, assim que terminar a Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Major Olímpio.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Deputados, representantes de segmentos da sociedade que acompanham esta importante CPI, preliminarmente, eu quero manifestar a minha contrariedade à postura do Presidente da Casa de não prorrogar os trabalhos desta CPI. Por mais que tenha sido feito um grande esforço por V.Exa., Sr. Presidente, pela Relatora e por inúmeros membros que participaram efetivamente desta CPI, ainda careceria de um trabalho mais aprofundado diante da importância do tema. Infelizmente, pela exiguidade de tempo, nós estamos no limite até de comprometer os trabalhos, não estando eventualmente com o parecer da CPI votado e com as suas medidas reconhecidas efetivamente pela Câmara dos Deputados. Mas eu sei que V.Exa. fez todos os esforços para que se tornasse uma realidade o aumento de tempo, até mais do que o necessário, para esta CPI.

Também participo da CPI do Sistema Carcerário, que também precocemente será interrompida. A votação de seu relatório será feita até de forma mais açodada



para cumprir os prazos, não necessariamente com a indispensável evolução do trabalho da CPI.

Preliminarmente trago uma fala do sociólogo, professor e escritor italiano Domenico De Masi, amigo dos Presidentes Fernando Henrique e Lula, que ministrou inúmeras palestras no Brasil, afirmando categoricamente, depois de estudar mais de 60 países, que se encantou pelo Brasil, dizendo que o Brasil é o país mais mestiço do mundo, pois é produto de mais de 40 raças, e que temos todas as condições para ser um povo feliz. A fala desse especialista internacional desmonta o discurso oportunista e meramente racial, uma vez que o Brasil é um país mestiço e sem a impregnação do racismo.

Ele fundamentou isso dizendo que o problema da violência no Brasil e no mundo é a desigualdade social. O Brasil, sendo a quarta economia do mundo, é um país com pouca distribuição de renda e desigualdades sociais, um grande fator gerador da violência. O fato é que, de mais de 500 pessoas assassinadas no mundo por ano, 64 mil só no Brasil por ano — 11% dos homicídios no mundo. Os custos do Brasil com a violência somam US\$ 255 bilhões, o equivalente a 8% do PIB nacional.

Segundo o relatório publicado pela IEP, um instituto de pesquisa australiano que estuda o impacto econômico da violência ao redor do mundo, em comparação com 161 países, compilados pela organização, o Brasil ocupa a quinta posição no *ranking* dos que mais gastam com a violência, atrás dos Estados Unidos, da China, da Rússia e da Índia. O Brasil contabiliza lamentáveis 30 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, quando a média mundial está em cinco. O resultado anual dos homicídios pode ser comparado ao número de vítimas de uma guerra civil.

Um fator que aparece como extremamente importante nesse estudo é a desigualdade de renda. Nesse sentido, o fato de o Brasil ser um dos países com maior desigualdade de renda no mundo — só fica atrás de alguns poucos muito pobres — certamente contribui para os níveis dessa criminalidade.

A violência acaba afetando investimentos no País, investimentos no turismo. Ela é, sim, patrocinada e favorecida pelo crime organizado. A violência acaba penando fortemente o cidadão, pois ela lhe retira a sua liberdade; favorece o comércio e o tráfico de drogas.



Nós tivemos, mais recentemente, nos anos 90, o surgimento do *crack*, uma droga barata e vagabunda que se está disseminado em todo o País, favorecendo o traficante e penalizando a sociedade.

Em relação ao objeto principal desta CPI, a morte de jovens negros e pobres, principalmente na periferia, o historiador paulistano Nicolau Sevcenko, em seu livro *Literatura como Missão*, sugere que há um caso de amor mal resolvido entre os brasileiros e a violência.

Segundo o autor, o marco dessa relação teria sido o Bota-Abaixo, nome dado ao projeto que quis construir uma Paris em terras cariocas, no final do século XIX.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço um pouco de...

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Já vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Não é V.Exa., Deputado Major Olimpio. Peço silêncio ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Simplesmente, só para contextualizar, quero dizer que foi identificado nesta CPI, em outras averiguações desta Casa, nos dados estatísticos, que, por exemplo, em São Paulo, apenas 1,7% dos homicídios leva a alguma condenação e apenas 2,5% dos crimes relatados são esclarecidos. Esses são números próximos aos de países como a Colômbia e muito inferiores aos dos Estados Unidos, onde mais da metade dos casos de homicídio terminam em alguma condenação e 22% do total de crimes reportados são esclarecidos.

Sr. Presidente, em relação à aprovação do relatório desta CPI, nós verificamos que a Relatora foi mais do que aberta à apresentação de propostas, o que demonstra um grande amadurecimento. Não necessariamente as nossas convicções são cem por cento as necessidades imperiosas da sociedade, mas V.Exa., Relatora, com muita sapiência, soube acolher manifestações de todos aqueles que se empenharam e apresentaram propostas.

Mas vou colocar no meu voto em separado favorável ao relatório essas ressalvas e dizer também que a proposta que pretende deslocar a competência estadual para a competência federal, ou seja, para a competência da Polícia Federal e, eventualmente, da Justiça Federal, na apuração de crimes que hoje são de competência do Estado, é um erro crasso, como também no chamado Incidente de



Deslocamento de Competência para a Justiça Federal, a requerimento da Procuradoria-Geral da República, na apuração de crimes praticados em nível estadual.

Nós tivemos, com 11 anos de vigência dessa condição constitucional, apenas dois casos: a execução de agentes fiscais, em Unaí, e a execução de um promotor, em Pernambuco. A própria falta de estrutura e o excesso de competência da Polícia Federal e da Justiça Federal, ao contrário do que se imagina na conclusão da CPI ou nos seus indicativos, nas suas proposituras, vão causar a prescrição dos crimes eventualmente apurados.

Então, aqui fica a minha primeira manifestação do meu voto em separado com relação ao Incidente de Deslocamento de Competência, quando se faz, pontualmente, o deslocamento da competência estadual, nos crimes praticados por milícia, para a competência da Polícia Federal e para o julgamento da Justiça Federal, quando há completa falta de estrutura.

Aliás, eu também sou membro da CPI do Sistema Carcerário, e nós já identificamos 50 mil presos que estão hoje no sistema prisional, condenados pela Justiça Federal. Entretanto, em presídios federais, temos só 491 presos. No Estado de São Paulo, nós temos 2.400 presos estrangeiros, que não falam português, confinados em um único presídio, em Itaí, e não temos proposta para a construção de um presídio específico para presos estrangeiros.

Então, o Incidente de Deslocamento de Competência mostra-se absolutamente impróprio. Vejo até que alguns partidos ou alguns posicionamentos ponderam isso, principalmente em relação a eventuais crimes praticados por policiais militares, porque houve uma luta histórica para deslocar a competência da Justiça Militar para o Tribunal do Júri, no julgamento dos crimes dolosos contra a vida apurados e julgados pelos Tribunais de Justiça Militar nos Estados.

Com o advento da Lei nº 9.299, de 1996, uma luta de Hélio Bicudo e seus seguidores, o resultado disso foi que, ao invés de haver maior número de sentenciamentos e condenações de policiais militares na apuração de crimes dolosos contra a vida, de 1996 para cá, com o julgamento pelos Tribunais do Júri, houve diminuição significativa das condenações.

Então, fica aqui o meu registro da impropriedade em relação a isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Major Olimpio...

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Já vou concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. quer que eu suspenda a sessão por 5 minutos até os Deputados voltarem do plenário? V.Exa. disporá de mais 5 minutos. Então, eu vou suspender a reunião por 5 minutos. Na sequência, vou conceder a palavra a V.Exa.

Ao tempo em que suspendo a reunião por 5 minutos — vamos ao plenário votar e, em seguida, voltaremos para o debate do relatório final —, registro a presença do Vereador Eduardo Barreto, do PCdoB de Guarulhos, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que acompanhou todos os nossos trabalhos da CPI lá em Guarulhos. Obrigado.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos aguardar a retomada do Deputado Major Olimpio, porque ele tem direito a mais 5 minutos na leitura do voto em separado.

A próxima, depois, é a Deputada... Eu coloquei aqui a Deputada Benedita da Silva e, depois, o Deputado Subtenente Gonzaga. O Deputado Subtenente Gonzaga não é membro e tem direito a 10 minutos. Então, vamos aguardar o Deputado Major Olimpio, para que a gente possa retomar aqui a discussão do relatório. *(Pausa.)*

Quero pedir silêncio ao Plenário. Vamos retomar aqui a apreciação do relatório final da CPI de Violência contra Jovens Negros.

Com a palavra, por mais 5 minutos, o Deputado Major Olimpio.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, até pela agilidade, eu gostaria de apresentar algumas propostas dentro desse voto em separado: implementação imediata de escola de tempo integral; implantação do ensino profissionalizante a partir da 5ª série do ensino fundamental; implantação de escolas técnicas de nível médio; implantação imediata do plano de orientação de controle de natalidade; implantação de cotas em universidades públicas, tendo como critério a renda familiar, independente de cor ou raça; implantação de cotas para concurso público, tendo como critério a renda familiar, independente de cor ou raça; implantação da polícia de ciclo completo, atribuindo a todas as polícias da União e



dos Estados o poder de investigar e prevenir a criminalidade, como ocorre em todos os países do mundo; fixar a escolaridade superior para todo policial, pois quem lida com a vida, a liberdade e o patrimônio tem que ter cultura, equilíbrio e remuneração digna; aprovação da PEC 300, que estabelece um piso nacional para os profissionais da segurança pública; autonomia da perícia criminal como medida de apuração científica e produção de prova; implantação do juiz de garantia em todo o País, de maneira que o policial que prender alguém tem que levar imediatamente ao juiz, que, de imediato, verificará as condições da prisão e a aplicação de medidas cautelares; informatização de todos os processos judiciais, otimizando a atuação do Poder Judiciário, evitando a prescrição e agilizando o julgamento dos processos; ampliação e construção de estabelecimentos prisionais com padrão e condições humanas como medida de ressocialização; qualificação dos agentes do sistema prisional, bem como a aprovação da PEC 300, com a polícia penal de ciclo completo; instituição do sistema nacional de reinserção social dos internos e egressos do sistema penitenciário, com emprego garantido nas concessionárias e permissionárias do serviço público e com incentivo às empresas que participarem voluntariamente; alteração do Código de Processo Penal, reduzindo o número de recursos e hipóteses de o réu permanecer solto nos crimes hediondos; ampliação da construção de estabelecimentos de internação de menores infratores, devendo observar a idade e o tipo de ato infracional; aparelhamento das Forças Armadas para defesa das fronteiras e das costas brasileiras; obrigatoriedade de efetivação da Defensoria Pública em todos os Estados da Federação; verba carimbada e vinculação de despesas para a segurança pública, à semelhança do que ocorre com a saúde e a educação, pois o Governo Federal investe menos que o Governo de São Paulo, uma vez que, em média, tem aprovado um orçamento de 11 bilhões por ano, mas, com os contingenciamentos, sequer executam 30 milhões, como foi no ano de 2014, e absurdamente executou — ouçam, senhores — 11 reais e 51 centavos para o Bolsa Formação de policiais.

Assim, votamos pela aprovação do parecer da Relatora, com as ressalvas em relação à federalização — e a manifestação contrária, lógico — dos crimes estaduais e também a contrariedade em relação a uma das propostas que fala do fim do auto de resistência, ficando muito bem claro que simplesmente nós temos



mais uma questão semântica em relação a isso do que o imaginário do que é equivocadamente, erroneamente e propositalmente divulgado que o auto de resistência seria um salvo-conduto para não ter a apuração de ocorrências que envolvam policiais em relação a crimes contra a vida.

Então, na forma como esse projeto está apresentado, e é apresentado como uma das proposituras desse relatório, vejo absolutamente impróprio, até porque a legislação já estabelece todo o conteúdo que está no bojo desse projeto. Também a minha manifestação contrária à revogação do crime de desacato, pois não se trata dessa questão do “sabe com quem está falando”. A questão do princípio da autoridade para aquele que exerce um papel público em nome da sociedade e, na medida em que verificamos hoje que o papel da polícia ou daquele que tem o poder de polícia em qualquer esfera de atribuição está cada vez mais afrontado, agredido, desacreditado quando vai fazer o exercício em nome da sociedade, vejo como absolutamente impertinente esse projeto, porque ele simplesmente vai tirar força daquele ente público que exerce o poder de fiscalização, para ser cada vez mais diminuído e afrontado. Nós verificamos isso em relação às polícias brasileiras.

Então, esse projeto não vai contribuir exatamente para que se coíbam os excessos dos policiais, daquele que exerce o papel ou o poder de polícia, ou o poder da polícia. Absolutamente, ele vai tirar mais ainda a capacidade do agente público de agir em nome da sociedade.

Também vi como erro material, até porque no projeto não se está falando em relação a isso, mas, sim, no aperfeiçoamento da estrutura da segurança pública, inclusive com a polícia de ciclo completo, mas nas conclusões... Então, eu acredito que tenha sido um erro material, porque até foram muitas as sugestões em relação ao primeiro relatório. Mas, no relatório de V.Exa., num dos itens, está-se falando da desmilitarização das polícias militares e, posteriormente, no próprio projeto, não se está falando dessa circunstância. Então, eu acredito que deva ter sido um erro material na conclusão, porque o projeto está mais do que explicitado, e, nas suas considerações, o Presidente e a Relatora mais do que justificam todas as circunstâncias. Então, apenas vejo como um erro material.

Também quanto à questão da redução da maioria penal, até porque já é objeto de uma segunda votação da PEC para o mês de agosto, eu quero manifestar



aqui a minha contrariedade. E também, Sr. Presidente, Sra. Relatora, quero solicitar a supressão das expressões de gênero e de orientação sexual no cunho do relatório, até porque, em todas as circunstâncias em que são mencionadas, em nada estão justificando em relação ao objeto principal da CPI, que é apurar as mortes dos jovens negros.

Com isso, eu apresento o meu relatório, apresento também uma sugestão de alteração na legislação do Código de Processo Penal e no Código de Processo Penal Militar, justamente para implementar e fortalecer a apuração de crimes praticados por policiais e por policiais militares. Mas isso está em anexo, até, ao meu voto em separado para apreciação. E tomara Deus que seja aproveitado pelo Congresso Nacional e que promova as devidas alterações.

Ao contrário das manifestações iniciais que eu tive em relação à CPI, foi grata surpresa, reforço, em relação à conduta do Deputado Reginaldo Lopes e da nossa Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, que não se pautaram nem pelos seus posicionamentos pessoais, tampouco partidários ou ideológicos, e deram vasão e voz a todas as manifestações. Se serão acolhidas ou não, é a manifestação da maioria. Mas as duas autoridades que foram escolhidas para presidir e para relatar esta CPI pautaram-se pela isenção. E a nossa torcida é para que se efetive o conteúdo apurado e proposto por esta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu queria dizer o seguinte: os dois que apresentaram voto em separado tiveram o tempo total de 15 minutos. Eu estou propondo que nós possamos reduzir para 5 minutos o tempo dos outros que não têm voto em separado, a fim de que possamos aproveitar. E aí a Relatora terá o tempo para dizer se acata ou não alguma dessas proposições. Então, que a gente possa reduzir esse tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Vamos lá, gente. É regimental o tempo máximo de 15 minutos. Quem quiser utilizar 5, eu peço a



compreensão. Por ser regimental, eu quero preservar aqui o nosso Regimento e faço um apelo para que utilizem o menor tempo, se puderem.

Então, com a palavra o próximo orador, o Deputado Subtenente Gonzaga, por 10 minutos, porque, como V.Exa. não é membro, o Regimento permite 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA** - Pretendo seguir a orientação do Deputado Luiz Couto e usar 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O senhor pode me dizer como é que está a ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Benedita da Silva, Deputado Éder Mauro, Deputada Luizianne Lins, Deputado Glauber Braga, Deputado Orlando Silva, Deputado Bebeto, Deputado Davidson Magalhães, Deputada Erika Kokay, Deputado Luiz Couto.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu sou a sexta? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

**O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA** - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu gostaria de cumprimentá-los, como já foi colocado, pela condução do trabalho e dizer também que, para grata surpresa nossa, esta Comissão pode resultar em algo concreto do ponto de vista de encaminhamento, porque nós não estamos tratando apenas de um fato, nós estamos tratando de uma política. A discussão caminhou para discutirmos, em mais um espaço importante, a política de segurança pública no Brasil. Eu queria cumprimentar todos que participaram e a Deputada Rosângela Gomes pelo relatório e fazer algumas considerações muito rápidas aqui.

A conclusão desta Comissão foi de que nós temos um gargalo na segurança pública que passa pela questão da investigação. E, quando a Comissão aponta o ciclo completo como alternativa, ela contempla um processo que está em construção nesta Casa e que teve início na Conferência Nacional de Segurança Pública de 2009. Trata-se de uma discussão em torno do modelo de atuação das Polícias do Brasil.

O relatório aponta o apoio a algumas PECs. Temos a PEC 430 e a ela estão apensadas mais 5 PECs — todas tratando do mesmo tema — com propostas



diferentes. A PEC 430, de 2009, do Deputado Celso Russomanno, propõe o ciclo completo, assim também como a PEC 432, do Deputado Chico Lopes; a PEC 431, de minha autoria; a PEC 423, do Deputado Jorginho Mello. Estão todas apensadas e, inclusive, estão no processo de discussão, com a possibilidade de avançar na CCJ em breve.

Então, queria só sugerir, enquanto referência — já que foi feita —, que se considerasse o conjunto dessas PECs. Nós vamos ter que enfrentar o debate dessas PECs aqui por estarem apensadas a outras. E nós, que defendemos o ciclo completo com a manutenção das atuais estruturas, teremos que enfrentar a discussão do ciclo completo com sintonização e unificação.

Então, são os temas que vamos enfrentar e, concretamente, trabalhamos com a ideia dessa Comissão Especial ainda para este segundo semestre, que deverá apontar soluções interessantes. Inclusive, como foi colocado no próprio relatório — e não com expressão desta forma —, a audiência de custódia. Quando se falou em levar o preso 24 horas, na prática, é da audiência de custódia que estamos falando. Há a questão da perícia independente.

E eu gostaria de colocar para avaliação, ainda, quem sabe, como sugestão para aprofundar o estudo... Além do que já foi colocado aqui sobre o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP, que nós também defendemos e que, aliás, faz referência aqui em duas páginas —, eu gostaria também de colocar para avaliar o Ministério da Segurança Pública.

Nós temos a seguinte crítica, a seguinte avaliação, apenas para fazer um registro quanto ao Ministério da Segurança Pública, por mais que estejamos discutindo a redução de Ministérios. Mas é inadmissível que, no Brasil, nós não tenhamos no Governo Central, no Governo Federal a capacidade de dialogar e de dar ordem de coordenar a política de segurança pública no País.

O Ministério da Justiça tem também sob sua responsabilidade a Secretaria Nacional de Segurança Pública, portanto, a política de segurança pública. Ela exerce pela Polícia Federal, que, orgânica a ela — aliás, é orgânica ao Ministério e não à Secretaria... Então, temos uma Secretaria de Segurança Pública, mas a Polícia Federal é orgânica ao Ministério, não tem subordinação com a Secretaria, assim como a Polícia Rodoviária Federal. E há os demais órgãos de Polícia dos



Estados: as Secretarias de Segurança Pública, as Polícias Cíveis, as Polícias Militares, os Corpos de Bombeiro. Mas não há um canal formal. O Governo dialoga com essas instituições através de associações de classe, como um Conselho de Comandantes Gerais, um Conselho de Secretários, que foram formalizados e reconhecidos.

Então, nós entendemos que não dá para falar em SUSP se nós não falarmos também de pensar um órgão que pudesse ter minimamente mecanismos formais para coordenar uma política nacional de segurança pública.

E ainda nessa direção foi colocado aqui o controle externo das Polícias. Nós sabemos do papel do Ministério Público, que tem essa competência constitucional do controle interno das atividades policiais. Mas nós gostaríamos de sugerir que, para fins do relatório, até para a gente não apontar para um único órgão responsável, nós pudéssemos falar em controle externo do sistema de segurança pública. Nós falamos, quanto à atuação da Defensoria Pública, que ela também tem responsabilidade. Quando se fala de Polícia só, também potencializamos o inimigo desnecessariamente.

Então, nós não temos absolutamente nada contra o controle externo. Nós o entendemos como qualquer órgão do Estado e, em especial, aquele que tem poder de polícia, que tem autorização para andar armado, que tem autorização do uso da força pelo Estado, que tem a responsabilidade que lhe cabe, realmente não pode prescindir de instrumentos de controle externo. Mas que não fique apontado apenas para a polícia, e sim para o sistema de segurança pública como um todo, que é muito mais abrangente do que unicamente as polícias.

Outra sugestão que dou, ainda nessa linha de a gente não criar essa dificuldade (*ininteligível*) de imediato, é a questão do crime de milícia. A milícia é uma expressão do Rio de Janeiro. Mas, se nós pegarmos as origens das Polícias Militares, elas eram os milicianos. Ainda que pudessem guardar alguma relação com tropa paga, mas é comum se dirigir às polícias militares com essa referência de milícia. Então, quando atribuímos condição de grupo criminoso à milícia, cria-se dificuldade desnecessária nesse debate.

Com relação à questão do crime de desacato, devo dizer que estamos fazendo esforço para, de um lado, reconhecer a necessidade das nossas instituições



policiais de fazer essa aproximação, de fazer esse diálogo, de abrir as nossas portas, a porta da academia, a porta da nossa formação, a porta dos nossos planejamentos para a sociedade, ao mesmo tempo em que entendemos que um dos nossos problemas no Brasil é também do conceito e do exercício da autoridade pelas polícias. Na polícia, até por esse papel que lhe foi atribuído ao longo do tempo, inclusive no período do regime militar, houve, como necessário, um afastamento, um distanciamento. O Estado fez a opção de uma menor intervenção. Isso fragilizou também o exercício da autoridade policial.

Estamos fazendo discussões nessa direção também. Eu, por exemplo, apresentei projeto de lei, que está na CCJ, para tipificar o crime de desobediência e de resistência. Não mexi com desacato. Não que eu concorde, de imediato, com a sua revogação. Mas o projeto é um pouco nessa linha de que o desacato tem um pouco ou muito a ver com o sentimento, ele tem um conceito amplo. Mas discutimos, sim, o crime de desobediência e o crime de resistência, porque são crimes para os quais cabem 15 dias de detenção, que não é nada. Então, no Brasil, vale a regra de que o cidadão, seja por qualquer razão, não tem de cumprir nenhuma ordem da polícia ou do policial, ele tem o direito de fugir. Isso também é fator gerador de violência.

Temos de fazer essa discussão com muita responsabilidade. Se de um lado advogamos e defendemos a necessidade de um sistema de controle externo para o sistema de segurança pública como um todo, também queremos discutir o limite desse nosso papel e da nossa autoridade — e vou usar esta expressão para o debate.

O que podemos de fato, enquanto representantes do Estado, fazer na questão da segurança pública, em termos de exercício da autoridade? Ou seremos, como somos hoje, de certa forma, vigilantes de quarteirão, meros registradores de fatos já ocorridos? Vivemos para atender ao 190, o DDU, porque efetivamente não temos tido muito espaço para fazer prevenção.

São observações rápidas, para colaborar com o tempo, mas no esforço de continuar dialogando com esta Comissão, mesmo que a partir de outro colegiado que deverá ser a Comissão Especial para discutir o ciclo completo, a partir da PEC



430 e das demais, inclusive da PEC 431, de nossa autoria, que esperamos ver contemplada nesse debate. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Há uma PEC que está no relatório. Evidente que, quanto à outras PECs, acho bem plausível que a Relatora, na minha opinião, faça um voto complementar, incluindo as demais PECs, inclusive a PEC de V.Exa, como a CPI está apresentando a PEC do ciclo completo.

**O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A CPI sinaliza, há uma concordância, e apresenta... Teremos de colher assinatura de todos os nobres colegas.

**O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA** - V.Exa. já tem a minha assinatura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Tem a palavra, por 15 minutos, o Deputado Delegado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, Sra. Relatora, aqui, mais uma vez, volto a elogiar, pela insistência, pelo trabalho incansável que a Comissão teve.

Sei que muitas vezes divergimos em posicionamentos, mas V.Exa. sempre respeitou as divergências, sempre procurou acatá-las, sempre procurou analisá-las. Isso é importante para esta CPI.

Apresentei voto em separado porque exatamente tenho algumas divergências a serem colocadas, e algumas delas até acatadas pela Relatora, pela Presidência, a quem agradeço. Mas quero me posicionar em alguns tópicos, antes de ler a conclusão do meu voto em separado.

Repito, não posso admitir que no Relatório da nossa Comissão tenhamos chegado à conclusão de que em nosso País exista genocídios por questões racistas.

A família brasileira não detém essa intenção, não detém essa vontade de tratar ninguém com racismo. Não vejo na família brasileira qualquer posicionamento de forma racista. Não vi isso desde que nasci nem nas instituições. O nosso País é iminentemente negro, somando-se mais uma vez a questão do pardo com o negro. E, excetuados os casos pontuados de racismo, que devem ser punidos com rigor, eu não vejo de forma generalizada a família brasileira ser racista.



Um ponto de que eu gosto, e gostaria que, ao final, inclusive fosse registrado, é exatamente ter sido desviada a questão da apuração, que é, exatamente, a questão da morte de jovens, neste País. Eu sempre digo que estão morrendo todos os nossos jovens, independentemente até da cor, mas ser colocada a questão de gênero. Não observo, e nem vejo questão de gênero, de orientações políticas, de questões de LGBT alocadas, inclusive, nas investigações que foram feitas aqui, em momento nenhum. Inclusive, esse tema, esse assunto foi até evitado aqui. Foi tratado por inúmeros pesquisadores, cientistas, com dados e tudo mais, e nenhum deles mencionou absolutamente nada disso aqui. E hoje consta no relatório. Então, é uma divergência que eu também quero colocar.

Questão do auto de resistência, Srs. Deputados, já foi mais do que batido pelo Major Olímpio, por vários aqui. É uma questão que nós não temos nenhum problema. Que venha para a votação a questão do auto de resistência. Mas jamais vou admitir que um policial que tem família, que deixa a mulher e os filhos na casa dele, e vai para a rua, o policial de bem, aquele que trabalha por amor ao que faz, e que possa estar na rua sempre com a certeza de que um dia ele pode não voltar... E, ano passado, foram 500 que não voltaram. E eu não posso entender, agora, que se o auto de resistência fosse retirado, que o policial agora tenha que ir para rua com duas certezas: a de que ele não vai voltar porque ele morreu numa troca de tiro com um bandido, ou porque, se ele matou o bandido, ele ficou preso porque ele terá que ficar preso. Isso é um absurdo, mas que venha. Eu não tenho a menor preocupação com isso.

Questão de vagas, que foi tratada no relatório, a questão de vagas para concurso público, eu sempre fui e sempre vou me posicionar no que diz respeito a qualquer tipo de cota neste País. Eu acho que em concurso público não é a cor que vai estabelecer quem vai ter o direito à vaga. O que vai estabelecer é aquele que sentar e estudar, adquirir os conhecimentos, independentemente da cor, para pleitear a vaga pelos conhecimentos, e não cor, nem gênero. É aquele que estudou e vai ter a vaga porque estudou. Se o concurso for sério, quem vai adquirir a vaga é aquele que mais estudou. E seria uma covardia com aqueles que mais estudam não adquirir a vaga porque tiveram cotas. Todos têm o mesmo direito, todos são iguais



perante a lei para poder estudar, na questão de concurso público e em todas as outras situações.

A questão de o preso ser apresentado 24 horas na presença do juiz, com isso eu concordo, e gostaria de ver. Mas eu gostaria muito de ver. Tornaria a coisa mais rápida. Eu tenho certeza de que seria bom até para o próprio preso, para que definisse logo a situação dele, para que pudesse assegurar, cada vez mais, até os direitos dele, e até os direitos e o trabalho do próprio profissional policial. Gostaria muito de ver, acertadamente, Sra. Relatora.

Questão de desacato, discordo. Num País onde hoje nós temos professores sendo agredidos na escola, é muito perigoso, agora, querer também tirar a figura do desacato do Código Penal. Daqui a pouco, um juiz está levando tapa na rua ou dentro de audiência, ou está sendo desacatado dentro de audiência; um promotor está sendo desacatado dentro de uma audiência; um policial está sendo desacatado na rua, como muitas vezes se vê, e muitos... E alguns até morreram porque não reagiram a determinado tipo de posicionamento.

Questão de tornar federal os crimes de milícias já foi comentada, eu também discordo, e não preciso nem traçar essas questões.

Droga, quantidade de droga. Lá no artigo não se estabelece quantidade. Estabelece-se a forma pela qual ela foi passada. Se lá, se foram duas petecas, três petecas, mas se ela foi vendida, foi doada, foi feita alguma coisa para que ela fosse usada, quem praticou o crime vai responder pelo crime de tráfico.

Agora, concordo que deveria ser uma pena menor. Com isso eu concordo. Deveria ser uma pena severa para os grandes traficantes, e uma menor para aqueles que praticam quase que como um apontador de outros tipos de coisa que se vê por aí. Com isso eu concordo.

Lendo a conclusão, Sr. Presidente: “Na página 19 do Relatório Preliminar, no primeiro parágrafo, apresenta-se se uma conclusão geral dos trabalhos de investigação da CPI. De forma pontual, o relatório preliminar se reporta ao racismo como o grande deflagrador do problema estudado. (...)”

Ora, se o problema é o racismo, as proposições legislativas deveriam ser no sentido de erradicá-lo, de fortalecer as políticas de cotas” — como eu falei ainda há



pouco — “de avaliar a efetividade dos diversos programas já implantados contra o racismo pelo Governo.

Se o problema é a segregação ocupacional, políticas públicas de capacitação de jovens e negros deveriam ser desenvolvidas. Se o problema é educacional, estaria na hora de avaliarmos as políticas de cotas para negros nas universidades, de fiscalizarmos os investimentos em educação”, como está dito no relatório.

O maior indício de que este é um relatório que caminhou para o lado que não deveria, que era exatamente falar na questão do racismo, falar da segregação ocupacional, e tudo, como acima fala, na própria página, “é o fato de que, diferentemente de atacar o problema em suas raízes, apontadas pelo relatório como sendo o racismo, a CPI resulta em projetos de lei que mexem na segurança pública, fragilizando-a e dificultando a ação dos policiais”. Fala constantemente na questão do racismo e, na hora de apresentar uma solução, atinge diretamente só a segurança pública.

“Assim, neste Voto em Separado, a partir das informações extraídas dos trabalhos da CPI, chegamos às seguintes conclusões acerca da violência contra jovens negros e pobres:

1. A origem do racismo no Brasil remonta às raízes do Brasil Colônia e vem se mantendo de forma velada e tácita, mas aparente nos indicadores sociais;

2. A violência contra os jovens negros e pobres está mais relacionada a condições sociais desfavorecidas que os mantêm em um contexto de relação próxima com a violência do que à etnia/raça em si, traduzidas em escolas piores, poucos programas de lazer gratuito, faltas de oferta de trabalho ou postos de trabalho desmotivadores, ambientes familiares adoecidos, moradias impróprias, apelo do tráfico por proporcionar maiores condições de consumo, entre outros;

3. Como os jovens negros estão em maior número nos contextos sociais empobrecidos, são as maiores vítimas; jovens brancos em situação de contextos sociais empobrecidos também são vítimas;

4. Locais nos quais a segurança pública possui maior condições de enfrentamento da violência, seja de forma ostensiva ou na forma de programas pacificadores e sociais, os números de homicídios de jovens diminuem, apesar de os números de vítimas policiais aumentarem;



5. Ocorre atualmente no País o extermínio de policiais que também possuem um perfil de jovens negros”, Sra. Relatora.

Causas por mim identificadas, que desde a primeira sessão, aqui, eu sempre falei. “Falta de políticas públicas da União, dos Estados e dos Municípios; desagregação familiar; envolvimento, da nossa juventude, daqueles que têm pouca estrutura familiar com o crime e com a droga, que os leva à morte.

Como desdobramento dos trabalhos desta CPI, a identificação de responsáveis pelo problema enfrentado é de extrema importância. Infelizmente, teríamos que reportar ao Ministério Público quase todos os gestores da Educação do País, por exemplo, o que seria impossível. No entanto, caberia questionar por que ainda não foi implantado o sistema de escola integral, cursos técnicos em escolas especializadas para valorizar o jovem, programas de integração familiar, o não investimento em esporte para juventude, fatores que integram o jovem a valores corretos de vida, e o credencia não só na procura do caminho do bem, como consequentemente o afasta do mundo das mazelas dos crimes, drogas, etc. que o levam a morte.

#### Soluções

Como soluções para o enfrentamento da violência contra jovens negros pobres, propomos o seguinte:

1. Investimento em educação com escolas técnicas profissionalizantes e de tempo integral.
2. Programas de integração familiar nos bairros principalmente de periferia.
3. Fiscalização do emprego de recurso público na Educação e acompanhamento anual das metas do Plano Nacional de Educação. A educação não pode ser meramente um discurso estampado num documento: ela tem que ser efetivamente colocada como prioridade;
4. Criação de um programa de acompanhamento social do jovem em situação de risco vinculado ao Programa Bolsa Família;
5. Criação de incentivos fiscais a empresas que empregarem trabalhadores, estagiários ou aprendizes jovens negros e pobres;
6. Punição adequada aos criminosos que cometem homicídios contra essa parcela da população, inclusive quando forem menores de idade;



7. Valorização da Segurança Pública como ferramenta prioritária para o enfrentamento da violência, com destinação de recursos públicos para programas de interação entre jovens e policiais, melhorias de remuneração, investimento nas condições adequadas de trabalho, inclusive na modernização de ferramentas e estratégias de trabalho;

8. Criação de um Programa Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Drogas, com participação de todas as esferas de Governo, dos Três Poderes e de parcerias internacionais, com combate impiedoso e forte às organizações criminosas que são chefiadas pelos ‘empresários da droga’ — entre aspas”.

Este é o relatório, Sr. Presidente que eu gostaria que, inclusive, ficasse registrado em ata.

E que a Relatora — a quem agradeço, já, por algumas modificações e por colocar alguns pensamentos e ideias nossas, que nós trazemos das ruas, das vivências das ruas — tenha certeza: o meu País não tem uma família racista, o meu País quer ver todos iguais perante a lei. Nós queremos ver a nossa juventude longe, mas muito longe dessas drogas, muito longe de serem vítimas de crimes de homicídios, para que a nossa juventude possa ter valor, para que a nossa juventude possa estar, mais à frente, aprendendo coisas boas, e criando famílias para este Brasil e para esse futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Éder Mauro, eu agradeço.

Na verdade, não foram lidos todos os projetos apresentados. Foram resumos, nas recomendações gerais. Mas nós temos a PEC que, nos direitos fundamentais e garantias individuais da família, da infância, da criança, dos jovens, lá altera, com a obrigatoriedade da elaboração dos planos nacionais, distritais, estaduais, municipais de enfrentamento a homicídios.

E esta CPI apresenta um PL que define diretrizes e metas. Nas diretrizes, várias colocações de V.Exa., como escola em tempo integral, várias políticas são as diretrizes para o Governo Federal, em 180 dias, enviar o Plano de Enfrentamento ao Homicídios de Jovens — de jovens, inclusive. O art. 1º é que propõe priorização dos jovens negros e pobres. E também propõe metas, nas quais dialoga com a redução



para um dígito de homicídios, em 10 anos; a diminuição da vitimização de policial; a diminuição da letalidade policial; a elucidação de 80% dos crimes, que, hoje são 8%; e também as políticas territoriais com vulnerabilidade juvenil. Então, eu acho que contempla.

E como a CPI conclui por um racismo institucionalizado, não das famílias, simbólico e organizado, sistematizado, e tal, propõe uma PEC que cria um Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos, com 2% do IPI e do Imposto de Renda. Isso daria 15 bilhões/ano. Mas a PEC vai tramitar na Câmara, os Deputados poderão colocar as multas de crime de racismo, injúria racial, e outras fontes de recursos.

Então, eu quero aqui só dialogar com V.Exa. que nós atendemos.

Vamos ter que suspender, mais uma vez. Agora, vou suspender por mais 5 minutos, para a gente votar em plenário. Na próxima reunião, a palavra estará com a Deputada Benedita da Silva ou com a Deputada Luizianne Lins. Então, suspendo a reunião por 5 minutos, para que a gente possa ir ao plenário votar; e no retorno, que a gente possa dar continuidade, aqui, ao processo de discussão do relatório.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos retomar os trabalhos.

Concederei a palavra, por 15 minutos, à Deputada Luizianne Lins, nossa Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude.

Peço um pouco de silêncio ao Plenário. Informo que a Relatora está vindo ao plenário.

Com a palavra a Deputada Luizianne Lins.

**A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS** - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito — eu vou ter oportunidade depois de falar com a própria Deputada Rosângela Gomes —, eu acho que esta CPI teve um papel fundamental neste momento histórico pelo qual o Brasil passa e também porque, paralelamente a ela, foi pontuada, de forma sistemática, nesta Casa, a discussão da redução da maioria penal.

Embora divirja radicalmente aqui de votos em separado que foram colocados aqui, pelo menos na sua grande totalidade, eu acho que, pelo menos, temos que



valorizar esses Deputados que vão, pesquisam, escrevem, enfim, produzem alguma coisa, porque a qualidade da discussão no Plenário desta Casa com relação à redução da maioria penal foi absolutamente sinistra. Foi um horror! Nunca vi um debate tão desqualificado em toda a minha vida em relação à questão da maioria penal. E eu queria então, exatamente por causa disso, ressaltar a importância deste relatório tanto para o que ele vai deixar de contribuição escrita para o futuro do ponto de vista do que propõe daqui em diante... E também essa discussão, porque... Quando a gente está falando da redução da maioria, nós estamos falando exatamente deste setor dos jovens negros e pobres no Brasil. Eu costumo dizer, quando converso com a juventude, o seguinte: se foi preto e pobre, já está sob suspeita, *a priori*.

E eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer a seguinte pontuação. Foi falado muito aqui que 87% da população brasileira era favorável à redução da maioria, mas fico-me perguntando... É impossível, é quase impossível, estar neste bombardeio que a sociedade sofreu de informações negativas sobre essas questões envolvendo menores e, ao mesmo tempo, a criminalização que ocorre sistematicamente, principalmente em relação aos menores de 16 e 17 anos, objeto do projeto de emenda constitucional. Virou um jargão falar de redução como se fosse a panaceia da questão da violência no Brasil. Eu vi muitos Deputados e Deputadas se colocando e pedindo pelo fim da impunidade. Parece que essas pessoas não tiveram ou nunca leram o ECA ou até talvez não tenham nem conhecimento do seu conteúdo. Diferentemente de muitos que falam bastante na impunidade em resposta à sociedade, é bom que saibam que existe um setor bastante invisível pra muita gente, principalmente para aqueles que não querem ver, que são exatamente os chamados jovens em conflito com a lei. São pessoas na faixa etária de 12 a 17 anos de idade, que cometeram atos infracionais, que vão de pequenos furtos a graves delitos, como, por exemplo, os homicídios. E são seis tipos de modalidades de trabalho voluntário até internação, de modalidades que preveem os adolescentes em conflito com a lei. E eu falo isso porque eu estava observando no relatório que o objeto desta CPI fechou nos jovens entre 15 e 29 anos. Ou seja, trabalha esta população no Brasil que, segundo o Estatuto da Juventude aprovado por esta Casa, é exatamente onde se coloca essa faixa deste setor de juventude. Este segmento



frequentemente é associado à prática de crimes hediondos, mas as estatísticas contrariam o censo comum. É o setor que realmente sofre maior violência. Isso significa 62,8% de crimes. São os chamados crimes contra o patrimônio — roubo e furto —, crimes contra as pessoas e os costumes, 13,6%, e homicídios em torno de 4,1%. Ou seja, são 101 mil jovens detidos por algum crime, que representam 0,5% da população de 21 milhões de adolescentes brasileiros.

Eu acho que a CPI dialoga com este momento da sociedade brasileira, porque eu não consegui entender os Deputados e Deputadas que votaram a favor da redução da maioria alegando a questão da diminuição da violência no Brasil. Caso essa medida seja aprovada em segundo turno, esses jovens deixarão de receber as chamadas medidas socioeducativas e vão cair no sistema prisional brasileiro, onde já há sérios problemas de superlotação, de insalubridade, de negação de direitos e, principalmente, não tem o acompanhamento da formação educacional. Nas prisões comuns, no Brasil hoje, nós temos um *deficit* de 200 mil vagas. Quarenta por cento dos presos ainda aguardam julgamento. Desses 40%, apenas 40% serão condenados. Dos 40%, 40% serão condenados. Portanto, trazer a questão da violência contra jovens, negros e pobres, como V.Exa., como a Deputada Rosângela Gomes e os demais participantes desta Comissão trouxeram, eu acho que foi uma verdadeira profissão de fé neste momento, em que temos os ânimos acirrados. O Deputado falava da participação de um lado, e não de outro. Mas é importante que a gente saiba onde estão as pessoas que defendem e lutam pelos direitos humanos. Essas pessoas podem ser uma minoria, porque muita gente não compreende essa questão da luta dos direitos humanos, mas essa turma é muito convencida, é uma turma que tem consciência do que está defendendo. Portanto, ela faz a diferença aonde ela for, e é muito importante que ele saiba isso.

Portanto, voltando aqui para a questão da maioria, a situação carcerária do Brasil é calamitosa. Nos presídios, você vai ter unidade superlotada, violência física, sexual e psicológica, falta de acesso à saúde, à educação e ao trabalho.

Entre os adolescentes, o índice de reincidência dos infratores menores é de 15%, enquanto na penitenciária ele é de 70%. Os jovens com baixa escolaridade da periferia são exatamente os jovens que são internos.



Para se ter uma ideia, 23 mil adolescentes, ou seja, 0,08% do total de jovens brasileiros, estão internados no Brasil hoje em centros socioeducativos, e 88 mil adolescentes cometeram delitos, mas estão em liberdade assistida ou prestam serviços comunitários. Desses, 75% fazem uso de entorpecentes; 86% não completaram o ensino fundamental; 40% foram presos por roubo; 23,4%, por tráfico; e 8,8%, por homicídio. A cada dez jovens infratores, quatro vão cometer novos crimes.

Por que eu estou falando dessa questão da maioridade? Porque eu acho que ela tem uma relação direta com o momento histórico que o Brasil tá vivendo, ou seja, as pessoas não compreendem — eu fiquei muito impressionada com isso — que determinar essa idade, a idade da maioridade penal, não é uma brincadeira e não é um jogo de acertar e de errar. Na verdade, há estudos científicos que trazem a discussão sobre a idade da chamada maturidade emocional.

O pesquisador norte-americano Walter Mischel fez um teste sobre o autocontrole das crianças e dos jovens e observou que o autocontrole é uma das últimas capacidades a serem desenvolvidas no cérebro.

Isso também pesa contra os adolescentes infratores, uma vez que a última etapa de formação do sistema nervoso é o revestimento dos neurônios, composto por uma substância chamada mielina, e a última região a completar essa etapa de mielinização é a dos chamados lóbulos frontais e pré-frontais, responsáveis pelo controle dos impulsos, ou seja, pela capacidade de antever o futuro, adiar gratificações, pensar em consequências. Portanto, isso vai acontecer só na idade adulta, entre 18 e 20 anos. Então, enquanto essa maturidade não é alcançada, não existe o controle mais sofisticado de novos impulsos. É por isso que a gente imagina que criança e adolescente são tão impulsivos e imediatistas.

Não há provas até hoje de que a redução intimidaria menores de idade, muito pelo contrário: a ONU, que é contrária à medida, afirma que isso só agravaria o problema da violência no País. Ou seja, encarcerar jovens de 16 e 17 anos em prédios superlotados será expô-los à influência direta de facções do crime organizado, por exemplo.

Temos a terceira maior população carcerária do mundo, mas nem por isso o Brasil se sente mais seguro. Ou seja, não é necessariamente o endurecimento de



penas que vai reduzir a violência. Temos penas duríssimas no Código Penal, e as pessoas não param de cometer crimes.

Em São Paulo, onde está quase metade do total de infratores brasileiros, 67,7% deles são negros e pardos, e apenas 0,88% cometeu homicídio qualificado. No Estado, 43% estão internados por roubo; 39%, por tráfico de drogas, sendo que a maioria não tem ensino fundamental. Ou seja, essa população é a maior vítima da violência praticada no País, segundo a anistia internacional. Mais da metade dos homicídios tem como alvos os jovens entre 15 e 29 anos, e 77% deles são negros.

Portanto, eu acho que, para saldar essa dívida que o Brasil tem com seus jovens, com seus negros, é preciso uma luta histórica — nós não sabemos nem quando ela vai terminar. Porém, eu acredito que é fundamental que novas vozes possam assumir essa fala, porque nós não podemos imaginar que a bancada da família ou a bancada da vida é a bancada da morte. Eu nunca vi um negócio desses! Quer dizer, esse é um trocadilho que meio que foi se criando. Essas pessoas se autointitulam bancada da vida — pelo menos eu vi alguns se autointitulado assim —, mas, na verdade, elas são as pessoas mais violentas ou que propõem medidas mais violentas aqui nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria parabenizar a Deputada Rosângela pelo seu trabalho. Aproveitei para falar dessa questão da redução da maioria, já que eu acho que o debate não foi devidamente aprofundado como deveria ter sido, até porque o Plenário nem permite que a discussão seja mais profunda. Quero parabenizar a coragem, porque, num momento desse, de muito recuo, inclusive dos corações e mentes brasileiros, em função de uma série de propagandas inadequadas, de formas inadequadas de noticiar, nós tivemos aí uma reação muito senso comum. Eu costumo dizer que se a gente for se guiar pelo senso comum, a primeira coisa que o senso comum condena são os Deputados. Você pode ir atrás; pode ir atrás, e, se for lá, é uma das menores confianças em instituição que se tem, no Brasil, é no Parlamento. Portanto, se ele for para nos nortear, e a gente não superar, é o contrário. Nós estamos aqui, nós temos que ser exemplo, nós temos que ser exemplo! Exemplo de vida, de solidariedade, de amor, de discernimento, de poder estudar. Por isso, mesmo os Deputados com quem eu tive divergência aqui, eu faço uma saudação de poderem ter feito o voto por escrito. Pelo menos estão



levando a sério este momento aqui. Embora discorde da forma como eles se postam.

Portanto, eu queria finalizar dizendo: a violência nunca foi resultado para a violência, muito pelo contrário. Eu sempre trabalhei com isto: violência gera violência. E eu acho que a gente proteger... Quer dizer, nós temos que proteger, que acolher a nossa juventude, em especial a juventude que é mais vulnerável: a negra e pobre, e principalmente nessa faixa de idade, entre 15 e 29 anos.

Eu costumo dizer o seguinte: a rede de proteção para criança e adolescente é razoável; ela ainda não é do jeito que a gente sonha, mas é razoável. Mas quando chega aos 15 anos, em que o menino já não é mais considerado adolescente do ponto de vista da proteção, de 12 a 14, é o momento mais crítico da vida dele. E, nesse momento, é a ausência de políticas públicas o que a gente vê em quase todo o Brasil.

Portanto, eu queria finalizar dizendo que nós acreditamos que são políticas públicas ligadas à juventude diretamente, e em especial eu queria ressaltar uma experiência que nós fizemos quando eu fui Prefeita de Fortaleza. Nós construímos três equipamentos de 14 mil m<sup>2</sup>, cada um, chamados CUCAS — Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, onde tem todo o equipamento necessário para o jovem se formar na área de esportes, ou na área de cultura, na área de lazer. Tem teatro, tem cinema, tem formação das mais diversas. E os CUCAS têm um viés libertário. E a gente pode dizer que, durante todo esse período, a preocupação que tinha era como iria ser o patrulhamento, como iria ser lá dentro, se iria ser um espaço muito vulnerável, e até hoje — pelo menos, não sei, agora nessa atual gestão —, durante todo o governo, não tivemos sequer um tipo de acontecimento no CUCAS de coisas de violência, qualquer tipo de furto ou de coisa desse tipo. Ou seja, a sociedade assumiu como sua, aquela comunidade assumiu como sua.

Portanto, Deputada Rosangela Gomes, parabéns pelo relatório. Parabéns, acima de tudo, pela coragem; parabéns ao Deputado Reginaldo Lopes. Eu acho que vocês fizeram um trabalho histórico para o Brasil. Vocês viram a gente lá na frente, porque as consequências, se a essa maioria penal for aprovada em segundo turno, nós só vamos ver as consequências disso daqui a médio e longo prazos; e, para finalizar, eu parabenizo o relatório. Acho que foi um relatório denso, um



relatório que V.Exa. preparou. Vocês correram este Brasil, e olhar neste momento para um setor vulnerável, quando, na verdade, a política de muitos é a política de extermínio, eu acho que é louvável. Parabéns, Deputada Rosangela! Parabéns, Deputado Reginaldo! E parabéns a todos os que fazem esta Comissão.

E eu queria deixar aqui o meu repúdio a esse tipo de movimento que, infelizmente, a Casa vem trabalhando, que é a questão da redução da maioridade penal; e ao mesmo tempo, saudar a nossa juventude, a nossa linda juventude que realmente faz a diferença neste nosso Brasil.

Aqui está tendo, em frente, inclusive, a posse da nova diretoria da União Nacional dos Estudantes que eu também, na juventude, tive a oportunidade de ser diretora. Então, fico muito feliz de a juventude estar se renovando, e a gente estar vendo isso de perto.

Parabéns aí pelo relatório, Deputada Rosangela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigada, Deputada Luizianne Lins. Passo a palavra para a Deputada Erika Kokay, por 15 minutos. *(Pausa.)*

Passo a palavra para o próximo orador, Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, acho que o relatório da Deputada Rosangela expressa aquilo que nós tivemos. Primeiro, porque esta Comissão trabalhou em cima das organizações da sociedade civil que estavam lá, ou seja, eram negros que sofreram vários tipos de violência, de ameaças, famílias que tiveram pessoas assassinadas, executadas. Algumas delas que estão desaparecidas, inclusive seus entes queridos não sabem sequer se têm o direito ao luto, o direito de enterrar e de poder rezar e visitar seus parentes mortos, porque seus corpos não foram encontrados. Então, nesse aspecto é que nós consideramos um relatório que não é um relatório que poderia ser melhor se a gente tivesse a prorrogação desta CPI, porque poderíamos investigar muito mais.

Eu apenas gostaria de — nós falamos das diligências e audiências nos Estados — colocar todos os Estados onde nós estivemos. Alguém reclamou que Belém do Pará não está incluso. Então, era fazer uma síntese de onde a gente esteve para mostrar efetivamente que... Mas é o seguinte, no geral, ou seja, nós estamos favoráveis ao relatório e queremos votar hoje, quando tivermos, não a



sessão, porque ela não pode ser votada... E por isso que eu quero, quando nós tivermos... É que V.Exa., mesmo fazendo a discussão para que tenhamos... E quando nós pudermos votar, quer dizer, num período onde nós não tenhamos, não tenhamos mais votação no plenário, para que a gente tenha tempo de votar.

Então, nesse sentido, voto favorável ao relatório da nossa companheira Rosângela, que fez um trabalho excelente, que esteve presente em quase todos os Estados, que anotava todas as coisas. Enquanto o pessoal falava, estava ela lá. Acho que ela deve ter calo nos dedos de tanto escrever. Mas trabalhou de forma sincera, de forma simples, sem muito sensacionalismo, ou seja, é o resultado daquilo que ocorreu mesmo.

A sociedade, como um todo, colaborou para que esta Comissão pudesse trabalhar. E eu tenho certeza de que, a partir deste momento, onde serão encaminhadas Comissões Especiais para analisar aquelas propostas de emendas e outros projetos de lei, com certeza, nós daremos uma contribuição especial para o enfrentamento desta questão que nós consideramos genocídio contra a juventude negra.

E nós não podemos... Porque, na realidade, nós temos muitos daqueles negros que foram assassinados, além de serem negros pobres, também, ou seja, eram homoafetivos e foram também assassinados. Então, ninguém pode, agora, retirar que alguns que aqui foram assassinados foram também pela questão da orientação sexual.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, nós estamos tendo... No plenário está se falando em votar, mas, pelo que eu entendo, não se pode votar.

Segundo, foi sugerido pelo meu antecessor agora a inclusão de relatórios de Estado que não constam no relatório. Inclusive, eu aproveito para citar o caso de Pernambuco que não está incluso.

Fazendo essas colocações da inclusão, significa que o relatório não é esse que está aqui em mãos. Não é esse que está em mãos. É questão regimental. Aí eu



pergunta: não estando aqui, será inserido automaticamente? E votará sem o Relator estar incluso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Após o encerramento da discussão, a Relatora terá a palavra por 20 minutos, e ela poderá fazer voto complementar. Então, como estão faltando três Estados, relatórios das viagens, das audiências, é evidente que ela vai acolher e fazer um voto complementar, e aí, assim que terminar a Ordem do Dia, se for possível hoje ou amanhã, nós vamos convocar a sessão para a votação. Então, nós estamos aqui discutindo o relatório.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - O.k., Sr. Presidente. Apenas me preocupo porque o Presidente, quando lá fala... Não é o caso aqui, por favor, sabe que nós estamos juntos e divergimos em alguns pontos, aí tem os relatórios dos companheiros, a alguns sou favorável, algumas questões vamos estar também... acho que ainda serão discutidas. Mas, quando lá ele coloca que, começou lá, suspenda-se tudo, nada vale mais, eu espero que não tenhamos problemas depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Ah, não, com certeza. Nós não vamos fazer votação com a Ordem do Dia, pode ter certeza. Vamos nos preservar pelo Regimento.

A próxima oradora é a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sim, Sr. Presidente. Penso que nós fomos... Com a Ordem do Dia, nós não temos como deliberar. E, se houver uma sessão extraordinária às 19 horas, talvez nós tenhamos dificuldade de fazê-lo hoje.

Mas eu penso que o clima que se construiu nesta CPI — e eu o atribuo à habilidade tanto da Presidência quanto da Relatoria, para que nós pudéssemos construir uma relação que fez com que esta CPI pudesse ter uma série de resultados, e nós pudéssemos estar discutindo aqui, num processo extremamente construtivo, o relatório que é apresentado pela Deputada Rosângela Gomes.

Eu acrescentaria, eu diria, o seguinte no relatório: eu penso que nós deveríamos ter mais elementos sobre as visitas que foram feitas. Então, eu acho que é importante que nós possamos... Nós precisamos... Eu não fui a todos, mas aquelas a que eu fui foram muito ricas, muito ricas, a do Complexo do Alemão, enfim, mas foram muito ricas, e é muito importante que nós...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Só interrompendo V.Exa., nós apresentamos dois requerimentos aqui que foram frutos de sugestão dos debates preliminares, que falavam da importância de a gente publicar uma separata das audiências públicas.

Então, eu ia apresentar extrapauta. Consegui 14 assinaturas, mas o Regimento diz que tem que ser votação nominal. Então, como, talvez, nós vamos ter que convocar uma nova reunião para amanhã, para a votação do relatório...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - ...então, esses requerimentos que têm apoio para extrapauta devem entrar na pauta ordinária amanhã, e aí a gente vai votar.

Então, estará preservado... Nós queremos fazer uma separata só das audiências públicas, porque, como o relatório é uma síntese, Deputado Pastor Eurico, então a gente quer fazer depois uma separata, preservando-as, porque está tudo em notas taquigráficas, todas as nossas audiências. Então, nós vamos fazer uma separata só das audiências, das visitas aos Estados.

Com a palavra a Deputada Erika.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Então, acho que é importante, mas que, no corpo do Relatório, se possa fazer referência às audiências — obviamente será feita referência a quantas audiências e a onde foram realizadas —, mas fazer referência de que elas compõem o conjunto do trabalho, do parecer elaborado, sim. Enfim, isso é um primeiro aspecto.

Outro é que nós tivemos um nível de discussão muito rico nesta CPI. Eu penso que seria muito importante, inclusive, que nós pudéssemos estar reproduzindo, e V.Exa. já falou sobre isso, mas reproduzindo o conteúdo das discussões e, particularmente, das discussões que apontam um elemento que foi muito importante para minha compreensão, o elemento de assegurar um dolo no processo de extermínio dos jovens negros.

Ou seja, nós temos uma lógica higienista, uma lógica eugenista que se expressa no extermínio de jovens negros e que não pode ser desconsiderada. Não é o acaso, não é o efeito colateral de um país que não fechou o ciclo das casas-grandes e senzalas; é uma construção deliberada daqueles que se sentem donos da



própria Pátria, donos do próprio País, donos da própria sociedade e que não admitem fazer com que esse espaço e esse território seja um território em que haja a diversidade humana na sua expressão.

Portanto, penso que o racismo que se expressa no extermínio de jovens negros tem a mesma digital da homofobia que tem neste País, do sexismo que há neste País, no machismo que há neste País, porque são todas expressões de uma subalternidade do outro. São todas expressões de uma profunda violência que muitas vezes é entranhada — é entranhada.

E, durante muito tempo, o racismo neste País foi invisibilizado, porque cabia aos negros a subalternidade invisível, a subalternidade calada e servil, a servilidade, o servir, o servir e se calar. Portanto, ele não foi, eu diria assim, descoberto. Descoberto no sentido de tirar a coberta, de tirar a coberta que provocava essa invisibilidade.

E a CPI contribuiu muito para isso. Eu diria que aqui nós temos vários artigos, várias citações que foram feitas aqui que contribuem nessa perspectiva, e um elemento sobre o qual eu acho que era muito importante que nós pudéssemos estar discorrendo com mais profundidade seria o racismo midiático, a expressão nos meios de comunicação de uma lógica racista, ou seja, nós temos uma institucionalização, considerando os meios de comunicação como a verdadeira opressão midiática que nós temos, como aparelho ideológico do Estado, eu diria, mas de um Estado que sobrevive da subalternidade, um Estado que se impõe a partir da violência que se expressa na eliminação do outro, no impedimento de o outro expressar a sua própria humanidade.

Então, era muito importante, penso eu, que nós pudéssemos estar discorrendo sobre os estereótipos. Os estereótipos são sempre redutores da nossa humanidade. Eles sempre afinam, eles sempre reduzem — reduzem — a dimensão da humanidade e a dimensão da nossa própria diversidade, os estereótipos que são construídos enquanto modelos de perfeição, que contribuem de forma absolutamente profunda para a desconstrução da autoestima, que é o pressuposto básico para que se possa buscar a igualdade de relações e a igualdade de tratamento.



Portanto, eu gostaria que nós pudéssemos trabalhar com o racismo midiático que acontece em pleno século XXI, que elabora e reforça os preconceitos, legitima a invisibilidade, legitima a inferiorização, a estigmatização da população negra nos meios de comunicação de massa.

Para além disso, é muito importante que nós possamos definitivamente desconstruir a tese de que não há racismo no Brasil, desconstruir essa tese porque essa tese contribui, tece o manto da invisibilização, da naturalização das relações. Se não existe racismo, então as relações que estão impostas são relações naturais, que não precisam ser repensadas. Ao mesmo tempo, se não existe racismo e os negros não estão nos postos de chefia e não estão lotando as universidades, o problema está com os próprios negros. Então, você aprofunda o racismo ao negá-lo — ao negá-lo.

Nós precisamos, portanto — e o relatório é importante e acho que contribui muito nessa perspectiva —, desconstruir o que se tenta construir e que foi um dos mais profundos instrumentos de dominação, porque naturaliza, porque invisibiliza, que é a negação da lógica racista no nosso País.

Acho que é importante que nós possamos lidar com a questão da injúria, porque nós temos uma série de denúncias de racismo. Não é verdade... Recentemente, o jornal *Correio Braziliense* publicou uma pesquisa que indica que as pessoas denunciam o racismo, só que via de regra é considerado injúria. E, ao ser considerado injúria, ele é considerado como agressão pessoal, agressão que sai da lógica da discriminação étnica e sai da lógica da discriminação étnico-racial. Portanto, é muito importante que nós possamos repensar esse processo.

Por outro lado, acho também que a gente deveria trabalhar — e eu acho que o relatório contribui nessa perspectiva também — com o reforço do Juventude Viva. Existem vários Municípios que ainda não aderiram ao Juventude Viva. Acho que a gente deveria fazer um processo proativo. Da mesma forma que se está sugerindo que aqueles que não implementam a lei, os Municípios que não implementam a lei, que é a lei que fala da África, que eles possam ser negativados, ou coisa que o valha, ou seja, possam ser impedidos, ou ter limitações, de receber recursos federais, que nós possamos trabalhar no inverso também com relação ao Juventude Viva, ou seja, que haja também determinados incentivos para aqueles que o



implementem, que adiram ao plano Juventude Viva, porque me parece que são pouco mais de cem o Municípios, se não me falha a memória, que têm convênio com o Juventude Viva. Era muito importante que o relatório pudesse reforçar... Acho que é um plano que trabalha com a intersectorialidade, trabalha com a territorialidade e trabalha fundamentalmente com a desconstrução do mito da igualdade racial. Que nós pudéssemos também fazer um incentivo ou incentivar aqueles que adotassem políticas, ou seja, os Municípios ou Estados que adotassem políticas nessa perspectiva.

Acho que seria muito importante que nós pudéssemos trabalhar — e acho que o relatório fala sobre isso também — na atualização constante do Sistema Nacional de Segurança Pública. Isso é muito importante. Há o projeto, que já foi aprovado, da Deputada Benedita da Silva, que eu tive a alegria de relatar na Seguridade Social, no qual nós estabelecemos a obrigatoriedade da cor ou raça ou etnia, que você possa estabelecer isso, para que você possa ter um banco de dados que seja mais preciso.

Acho que tem algumas proposições que seria importante que nós pudéssemos estar trabalhando na perspectiva de estimulá-las. Acho que o auto de resistência é um instrumento importante. Há inclusive um compromisso do Presidente da Casa de colocá-lo para votação. Havia um prazo, que ele tinha estipulado, que já se esgotou. Acho que é importante trabalhar com a federalização, com o deslocamento de competência — eu reafirmo isso, é muito importante. Particularmente quando há grupo de extermínio, por exemplo, ou coisa que o valha, ou coisa semelhante, essa estrutura paralela de Estado se alimenta, penso eu, de estruturas dentro do próprio Estado. É muito difícil que você tenha grupos de extermínio existindo numa sociedade sem que você tenha, de alguma forma — alguma forma —, alguma participação do Estado, ainda que seja pela negação, ainda que seja pela omissão no processo de atuação do Estado, das estruturas estaduais, das estruturas de Estado, que são os Municípios ou as próprias Unidades da Federação.

Portanto, é muito importante que nós tenhamos essa possibilidade de deslocamento de competência. E a experiência que a gente tem é a de que a impunidade tem uma associação muito direta com o poder econômico e o poder



político. Quando há poder econômico e poder político, é mais difícil que você tenha atuação do Estado Democrático de Direito e da lógica republicana em curso, e às vezes se faz mais necessário que nós possamos ter esse processo de deslocamento de competência.

Penso ainda que é muito importante que a gente acompanhe alguns casos que foram objeto do trabalho desta CPI. Que a CPI sugira aos órgãos competentes — e cada um tem a sua especificidade a partir do caso em si —, mas que haja uma sugestão de acompanhamento dessas proposições ou desses casos específicos que foram analisados pela própria CPI, como o Complexo do Alemão. Nós trouxemos um caso de Ceilândia, e tem outros que foram objeto de atuação da própria CPI.

Por fim, acho que a gente deveria estar trabalhando na perspectiva de criarmos algo muito semelhante ao que foi o programa Pró-Equidade de Gênero dentro das empresas, mas não só dentro das empresas, que nós pudéssemos fazer pactos, que nós pudéssemos sugerir a construção de planos — planos estaduais, planos municipais, intersetoriais —, com o estabelecimento de metas, com o estabelecimento de responsáveis, órgão a órgão, que a gente pudesse estar sugerindo isso.

É um pouco a lógica do Juventude Viva, mas diferente do Juventude Viva, porque aí você chama, de forma mais concreta, o Município, o chão, você lida mais com o chão em que você está pisando nessa construção. E aí que se tirassem planos de meta, e que desses planos de meta houvesse a prestação de contas, porque, quando a gente fala que é importante a lei da África, que estabelece o estudo da África nas escolas, que ele seja efetivado, nós temos que pressupor que nós temos que ter um mecanismo de prestação de contas. Os Municípios e os Estados têm que prestar contas, têm que ter a obrigatoriedade de prestação de contas, para que a partir daí se possa estimular, incentivar ou negativar as relações dessa Unidade da Federação com o próprio Governo Federal.

Por fim, Deputada Rosângela, foi um prazer participar desta CPI. Gostaria de ter participado de forma mais intensa, mas queria parabenizá-la pela construção desse relatório nessa perspectiva de publicizar, nessa perspectiva de pontuar o



problema e na sugestão de uma série de iniciativas para que nós possamos superar isso que nós vivenciamos no nosso País.

Portanto, eu vou lhe passar o que me foi dado no lançamento da Frente — a Deputada Benedita da Silva teve que se retirar —, que é uma boneca Abayomi. Abay significa “encontro” e Omi significa “precioso”; Abayomi significa “aquele que traz felicidade e alegria”. Nós a recebemos porque estava no lançamento da Frente, e eu lhe passo esta boneca, que se chama Abayomi, em iorubá, para dizer que Abayomi significa “aquele que traz felicidade e alegria”. Não vamos ter nem felicidade nem alegria se continuarmos convivendo com esse nível de extermínio de jovens negros no nosso País. Eu lhe passo, então, a Abayomi. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Erika Kokay, as recomendações de V.Exa., na minha opinião, poderão ser mais detalhadas na tramitação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio. Por quê? O Plano, de uma maneira ou outra, traz para uma política do Estado o Plano Juventude Viva, porque ele coloca as diretrizes — o Plano tem diretrizes e tem metas, tem cinco metas e várias diretrizes, que são as diretrizes transversais, interministeriais, multidisciplinares e tal. E o plano nacional, estadual e municipal está sendo constitucionalizado.

Num mesmo artigo, nós fizemos a constitucionalização dos Planos Nacionais de Juventude, que é o art. 227, dos direitos fundamentais da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Então, ele busca obrigar, porque a lei do Plano obriga a União a, em 180 dias, definir as estratégias, e os Municípios e Estados no período de 1 ano, mas faz isso por lei ordinária. Então, de fato, por lei ordinária, o Município pode questionar a responsabilidade constitucional. Portanto, a CPI apresentou uma PEC que altera esses direitos, que acrescenta a esses direitos individuais a obrigatoriedade de o Município, a União, o Estado e o Distrito Federal elaborarem os Planos. Então está bem casado.

E o detalhamento de controle e de monitoramento se dará de duas formas: primeiro, nós podemos melhorar o plano, na Comissão Especial, que eu espero que seja instalada em agosto; e também se dará pela comissão permanente, que está sendo proposta pela CPI, por três legislaturas, que será responsável por articular,



monitorar e acompanhar o Plano Nacional e também articular, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, a elaboração dos planos decenais.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu acho importante, mas eu só acrescentaria, Deputado Reginaldo, que nós temos um plano para a equidade de gênero no mundo do trabalho, já é um instrumento que existe para a equidade de gênero, é um instrumento vitorioso — ele está numa estagnação, acho que a gente precisa avançar nele, mas isso é outra discussão —, mas acho que a gente poderia também fazer o recorte étnico-racial no mundo do trabalho, num processo semelhante, ou nesse projeto para a equidade de gênero e étnico-racial que a gente poderia sugerir. Um instrumento... Ou seria esse mesmo instrumento ampliado, o que talvez desfigurasse a discussão de gênero, a subalternidade de gênero, que é importante, ou outro, mas que a gente pudesse fazer um processo semelhante no mundo do trabalho, como para a equidade de gênero. Acho que a gente deveria sugerir isso para a SEPPIR, para que ela pudesse trabalhar nessa perspectiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Com a palavra o Deputado Orlando Silva, por 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Obrigado, Sr. Presidente, Sra. Relatora. Presidente, eu quero pedir permissão aos colegas para, antes de falar sobre o relatório que votaremos hoje, fazer um registro que para mim tem um sentido pessoal, mas também político.

Em 1988, num dia como hoje, 14 de julho, na minha cidade natal, a cidade de Salvador, era fundada a União de Negros pela Igualdade — UNEGRO, uma entidade nacional de combate ao racismo, que tem, na sua concepção, o enfrentamento do racismo ligado ao combate pela superação da opressão de gênero e pela superação do capitalismo. A entidade formou história ao longo desses 27 anos, e eu tenho orgulho de fazer parte do núcleo daqueles que participaram da sua fundação.

Então, permita-me, Sr. Presidente, Sra. Relatora, fazer esse registro neste momento: tenho muito orgulho da União de Negros pela Igualdade, da sua história, da sua trajetória e da importância que ela tem para a luta de combate ao racismo e de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.



E considero, Presidente, quando homenageio o negro, que esta tarde, com a votação desse relatório, inscreve-se na história de combate ao racismo no Brasil. Esse relatório, elaborado a partir das indicações da nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes, é e será uma peça que fará parte dessa história. Serão instrumentos de luta, de combate, de reflexão, de formação pela precisão que esse texto traz.

Então, eu quero, neste momento, cumprimentar a nossa Relatora e dizer que este é um exemplo de quanto faz falta não haver mais mulheres e mais negros e negras no Parlamento brasileiro. Nós teríamos mais cuidado com temas centrais da vida nacional, Deputada Rosangela, se tivéssemos mais Parlamentares aqui com a sua história de vida, com a sua capacidade política e com a sua liderança.

Então, quero começar a minha manifestação rendendo as minhas homenagens à Relatora, Deputada Rosangela Gomes, assim como rendendo a minha homenagem ao nosso Presidente, que foi quem tomou a iniciativa. Aqui sabemos como é difícil a instalação de uma CPI, ainda mais no início de uma Legislatura. E o Deputado Reginaldo Lopes não só demonstrou grande sensibilidade e tirocínio político, mas grande capacidade de articulação.

Portanto, eu considero que o encerramento dos trabalhos da CPI — que, a meu juízo, também mereceria um pouco mais de tempo para precisar a sua elaboração — deve ser o reconhecimento da liderança do Deputado Reginaldo Lopes e da Deputada Rosangela Gomes, que conduziram tão bem os trabalhos até aqui.

Em relação ao relatório, eu quero subscrevê-lo, inclusive considerando temas que talvez não tenham plena concordância, mas entendo que o relatório é o esforço de construção de um consenso, de construção de uma síntese de diferentes opiniões e posições que se expressaram aqui na CPI.

Creio que este é o papel da Relatoria: construir um caminho de entendimento, porque não basta o relatório expressar todos os meus pontos de vista conceituais, teóricos, políticos, não. É importante que ele expresse ao máximo, no limite, o pluralismo que imperou e que comandou o trabalho desta Comissão.

Eu saúdo, inclusive, a abertura para a incorporação de teóricos, como Darcy Ribeiro, que é um intelectual importante do Brasil, a valorização de Florestan



Fernandes, que é um intelectual importantíssimo na história brasileira, Clóvis Moura; Abdias do Nascimento, nomes que desfilaram nos depoimentos de pesquisadores, de militantes sociais, e que o nosso relatório foi capaz de incorporá-los. Isso é muito importante.

Eu considero que é relevante e corajoso nós darmos um passo adiante e o Parlamento brasileiro afirmar que há racismo institucional no Brasil. Isso, para mim, é tão importante quanto foi, em 1995, uma marcha feita aqui em Brasília. Eu era recém-eleito Presidente da União Nacional dos Estudantes, à época o primeiro Presidente negro da UNE, e ainda hoje o único Presidente negro da UNE.

Mas, naquela marcha, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, à época Presidente da República, afirmou: “*O Estado brasileiro reconhece, pela sua Presidência, que há racismo no Brasil*”. Não é uma mera formalidade, não é uma mera declaração. É um apontamento que cria as condições para que políticas públicas possam se desenvolver para combater e superar essa realidade.

Esse reconhecimento por parte do Estado brasileiro, em 1995, através de Fernando Henrique Cardoso, é um dos fatores que contribuiu, em 2003, para a criação de um Ministério específico para a promoção de políticas de combate às desigualdades, para a promoção da igualdade racial.

Portanto, são passos que nós damos, e é o reconhecimento pelo Parlamento nacional. Isso terá uma repercussão nacional e internacional e vai se refletir em políticas públicas, vai se refletir em medidas concretas para o enfrentamento dessa realidade. Daí a importância do reconhecimento que é feito aqui nesta CPI. Assim como considero muito importante que nós, observando os números, observando os dados, observando a realidade enfática, ouvindo famílias, ouvindo o coração e a alma de pessoas com muita dor — e a CPI ouviu muitas dessas pessoas — reflitamos e denunciemos que há um genocídio da juventude negra e pobre no Brasil, que passa por uma matança simbólica, sim, pela destruição de sonhos, sim, mas passa pela vitimização, pelo assassinato físico, que vitima dezenas de milhares, dezenas de milhares.

Portanto, eu considero que foi uma atitude corajosa da nossa Comissão. E qual vai ser o eco disso? Qual vai ser a repercussão? O Brasil terá condição de produzir mais políticas públicas.



Eu dou um exemplo da repercussão, Deputado Reginaldo Lopes. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Estado que aqui represento, foi criada uma Comissão de acompanhamento dos trabalhos desta CPI. A Deputada Leci Brandão, a proponente dessa iniciativa, a partir de uma provocação da visita que fizemos ao Presidente da Assembleia, apresentou essa iniciativa, foi criada, e, em São Paulo, a Assembleia Legislativa vai aprofundar o diagnóstico local, indicar soluções locais para que nós possamos firmar em São Paulo um pacto pelo enfrentamento do homicídio contra jovens negros e pobres. Portanto, eu considero que o relatório dá contribuições para o presente e para o futuro.

Estou feliz de ver a forma clara e nítida como o relatório critica o sensacionalismo que muitas vezes é feito em torno da violência. Isso é um assunto delicado. A Relatora abriu o seu trabalho, criticando a cultura da violência, que é algo que se dissemina, a cultura da intolerância que não só no plano racial, mas em outros planos, e a intolerância religiosa tem ganhado cada vez mais dimensão no Brasil. Isso tudo é fruto da cultura de violência.

Quando fui contrário à redução da maioria penal, eu lembrei os jovens de São Paulo que colam muitos cartazes nas ruas dizendo: *“Mais amor, por favor”*. Eu lembrei isso, porque nós precisamos defender a cultura de paz, defender o entendimento, defender o amor. Esse é o ambiente do Brasil de hoje. A intolerância chega ao campo da política inclusive. Por isso, eu considero que a crítica feita ao sensacionalismo nos meios de comunicação social, que, na prática, é uma forma de combater a cultura da violência, é muito importante e é muito corajoso também estar em nosso relatório.

Considero positiva a ideia de que nós devemos valorizar as políticas públicas. Nas audiências aqui sempre surgia a discussão de que políticas devem ter território, devem ter corte de gênero, corte etário, entendimento da dimensão racial. É necessário haver essas políticas públicas, e o relatório é muito firme. Portanto, apoio firmemente essa determinação de fortalecimento das políticas públicas.

Há indicação de uma série de projetos de lei, porque a CPI não ficou apenas no diagnóstico, foi adiante. Eu considero que o Presidente, junto com a Relatora, Deputada Rosângela Gomes, conseguiu construir um processo que incorporou também aqui, nas indicações legislativas, um conjunto de perspectivas que visitaram



esta Comissão. Insisto, e relembro, que talvez eu não concorde com todas as indicações legislativas, mas eu quero pactuar o apoio a indicações, mesmo aquelas que eu não concordo. E por quê? Porque é assim que vamos produzir um relatório possível.

Chamo atenção para o fato de que a nossa Comissão foi capaz inclusive de incorporar experiências de Parlamentares do campo da segurança pública, que muitas vezes, no debate, divergíamos aqui, divergíamos acolá, mas a polícia de ciclo completo foi um aprendizado para mim e importante indicação que esta Comissão Parlamentar faz.

Marcar posição de crítica ao auto de resistência e à redução da maioria penal traduz uma sensibilidade muito relevante que o relatório também incorpora. Apontar deslocamentos de competências em casos emblemáticos é uma atitude também corajosa.

É evidente que eu sei que aqui e acolá pode haver uma ou outra insuficiência, mas a dimensão que nós daremos com a resposta concreta que nós vamos ofertar à sociedade brasileira vale muito mais do que essas insuficiências, e tem que servir de apoio para que sejam adotadas medidas, seja o Ministério Público, seja a Polícia Federal, seja o Governo Federal, para garantir que o deslocamento de competência tenha eficácia e se cumpra a Justiça. Dói demais ver e ouvir mães, filhos, filhas, companheiros e companheiras relatando, com profunda tristeza, a dor de perder um ente e sequer ter uma resposta.

Portanto, eu considero que a reparação às famílias, que é uma sinalização feita, é um valor extraordinário que esta CPI está dando para o debate das políticas públicas. Caberá ao Governo brasileiro, caberá aos três entes da Federação, caberá ao Parlamento brasileiro, caberá à sociedade civil brasileira acolher com generosidade o relatório trabalhado aqui nesta Comissão com inteligência, de modo que nós possamos produzir uma realidade diferente.

Ao final, Sr. Presidente, o que nos interessa é que nós possamos contribuir com esse trabalho para que o Brasil seja um país mais justo, um país mais democrático, um país com igualdade de oportunidades, um país com liberdade, um país que sustente uma cultura de paz, um país que seja melhor para os nossos filhos, para os nossos netos, e que nós possamos registrar, assim como registramos,



reverenciando os lutadores, lamentando a dor de um período distante, mas muito duro e presente hoje, que é o período da escravidão. Que os nossos filhos e netos possam olhar para trás e ver que houve combatentes que impediram a sequência de um genocídio contra a juventude negra e que a nossa realidade hoje é outra. E será outra, se fizermos desse relatório um instrumento de construção de políticas públicas a favor de um país melhor.

Quero cumprimentar, uma vez mais, o nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, a nossa Relatora, a Deputada Rosangela Gomes, e cada Parlamentar que acompanhou e participou desta Comissão. Agradeço cada um dos que nos visitaram aqui ao longo desses meses, cada um dos que nos acolheram nas audiências fora de Brasília. E creio que nós honramos o voto e a confiança de quem aqui nos colocou com o trabalho que produzimos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Queremos agradecer também a sua dedicação à CPI.

Passo a palavra para o próximo orador, Deputado Jean Wyllys, por 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Rosangela Gomes, eu quero dizer que eu fiquei profundamente constrangido com as acusações de que o relatório de V.Exa., esse relatório que V.Exa. produziu como resultado dos trabalhos desta CPI, como resultado das nossas contribuições, era parcial e refletia apenas um lado.

É óbvio que eu li o relatório completo, que reflete, na verdade, os trabalhos, os dados, os testemunhos, as informações, as reflexões, as experiências de campo que nós fizemos ao longo desse trabalho. O relatório não é parcial e não reflete apenas um lado. Eu me sinto absolutamente contemplado pelo relatório e rejeito os três votos em separado apresentados aqui, porque estes, sim, estão longe de refletir os debates que se fizeram nesta Casa.

Nós, que trabalhamos bastante nas atividades desta CPI, colocamo-nos — e não todos nós membros da CPI, mas nós que trabalhamos bastante nesta CPI —, desde o início, numa postura de abertura dialógica em relação às pessoas que foram convidadas para falar aqui, sejam as pessoas ligadas às forças de segurança,



gestores públicos, sejam os representantes dos movimentos sociais e da academia. Nós nos colocamos com uma postura aberta a esse conhecimento para produzir um relatório que refletisse esse conhecimento.

Então, eu acho muito estranho quando alguém, depois de ouvir, de participar de tantas audiências, de tantas oitivas, de tantos debates, de ter feito diligências, vem aqui afirmar que não há racismo no Brasil, que não podemos usar a expressão genocídio, que as pessoas têm iguais oportunidades neste País e que a cor da pele e etnia a que pertence uma pessoa, a identidade racial ou étnica de uma pessoa, não contribuem para desvantagens ou para desigualdades. Eu acho isso estranho, e é, a partir disso, que eu quero dialogar aqui e contestar essas falas, porque são falas que negam, inclusive, o acúmulo de conhecimento que os intelectuais deste País produziram.

Por exemplo, nos anos 80, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, que não era Presidente da República ainda, produziram uma extensa pesquisa que derrubou o mito da democracia racial neste País. Quer dizer, a pesquisa de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso provou que o Brasil era um país racista, sim, um país que excluía a partir da cor da pele, que era um signo de exclusão social e de perpetuação da pobreza.

Ou seja, Fernando Henrique e Florestan recuperaram algo que o abolicionista Joaquim Nabuco já tinha dito, que não bastava acabar com a escravidão, era preciso destruir a obra da escravidão. E a obra da escravidão está presente ainda hoje, está presente não só no trabalho análogo à escravidão, que ainda há no Brasil, sobretudo envolvendo crianças, mas no racismo, no racismo negado por um lado, mas praticado o tempo inteiro. Então, Fernando Henrique Cardoso fez isso.

Em 2002, já Presidente da República, não mais como intelectual, ele reconheceu oficialmente que, apesar dos avanços registrados no Brasil na diminuição do preconceito racial, ainda há racismo no País, ou seja, ele disse isso textualmente. Obviamente, as pessoas que negam hoje que há racismo no Brasil parecem desconhecer a história recente.

Em 2013, a Anistia Internacional, através de um relatório, comprovou o que o movimento negro e os movimentos sociais sempre falavam, ou seja, que há um



genocídio da juventude negra e pobre. E não há que se ter medo dessa palavra “genocídio”.

Antes, mais cedo, durante a primeira votação, o Deputado Wilson Filho perguntou para mim: *“Mas V.Exa. não acha que essa palavra é um pouco exagerada? Que a gente quer importar uma palavra para definir as relações raciais no Brasil, que não são semelhantes às dos Estados Unidos?”* Eu falei que não, ninguém está importando a palavra “genocídio”. Essa palavra pertence à nossa língua e tem que ser utilizada para designar aquilo que, de fato, está acontecendo.

Em setembro de 2014, a ONU foi enfática em afirmar que o racismo permeia todas as áreas da vida no Brasil. As Nações Unidas desnudaram o malfadado mito da democracia racial, que já havia sido derrubado pela pesquisa de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, e comprovaram que, sim, há racismo no Brasil.

E mesmo um intelectual, que recentemente escreveu um livro chamado *Não Somos Racistas*, que é o Ali Kamel, Diretor de Jornalismo da Rede Globo, foi bombardeado pelos fatos, quando a garota do tempo foi alvo de um racismo odioso, e ele teve que encarar os fatos. Não adianta ele negar, por um lado, com um livro pretensamente científico, com a sua pseudociência, quando os fatos estão ali apontando o racismo de maneira evidente.

Por fim, eu não vou me estender nos 15 minutos, não vou repetir o que todos os Deputados já falaram, mas alguns falaram aqui sobre retirar as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” do relatório. Ora, esses Deputados precisam compreender que todo sujeito ocupa posições, todo sujeito é interpelado por identidades e identificações, que podem ampliar ou reduzir as misérias desse sujeito.

Uma pessoa negra, de pele preta, é vulnerável, sim, a um racismo insidioso, a um racismo institucional, a um racismo social, que diminui as suas oportunidades, todas as suas oportunidades na vida. Mas se essa pessoa, além de preta, de pele preta, negra, for lésbica, se ela for mulher e lésbica, ela tem a sua miséria ampliada pela sua orientação sexual. Se essa pessoa tiver uma identidade de gênero, for transexual, ela tem a sua miséria ampliada.



Então, V.Exa. apenas contemplou aquilo que várias pessoas disseram aqui. Há que se considerar a morte da juventude negra, o extermínio da juventude negra e pobre também nessas posições de sujeito que a juventude ocupa, que vêm do seu gênero, da sua identidade de gênero, da sua orientação sexual. Portanto, negar, querer negar, tirar essas expressões é uma tentativa desesperada de apagar a vida como ela é.

As pessoas são vulneráveis por conta dessas posições, e nós que somos progressistas, que somos comprometidos com a ampliação da comunidade de direitos, reconhecemos isso. Quer dizer, não se trata de impor ideologia, como alguns acusaram aqui, ou de trabalhar na perspectiva do privilégio de classe. Imagina! Quem pode falar em privilégio de classe, quem pode condenar privilégio de classe somos nós que somos excluídos da comunidade de direitos. V.Exa. por ser mulher e negra; eu, por ser homem, negro e homossexual. Entendeu? É essa a questão.

Então, quero parabenizar V.Exa. por ter incluído essas sugestões no seu relatório. E quero pedir ao Plenário desta Comissão que votemos o relatório na íntegra e rejeitemos os três votos em separado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys, pela dedicação e pelo compromisso com a CPI, com o tema, com os negros, com os pobres.

Passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães. A minha inscrição ficou um pouco prejudicada, porque uns estavam ausentes, outros voltaram. Então, não obedeceu muito à ordem, mas estou seguindo a ordem, a partir deste momento.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar V.Exa., a nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes, e todos os membros da CPI por terem, em curto espaço de tempo, produzido o relatório e pelos debates importantes que ocorreram aqui.

É claro que o próprio contexto valoriza ainda mais o resultado desta CPI. Estamos numa pauta regressiva nesta Câmara e no País, que tenta conter os avanços sociais e democráticos, que mesmo põem em risco a própria democracia. E, nesse contexto, nós conseguimos produzir nesta CPI, apesar de já termos a



tradição no Parlamento brasileiro de que CPI produz pouco e tem poucos resultados. Especialmente, alguns dizem que algumas CPIs terminam sempre em *pizza*.

Acho um avanço e parabenizo o esforço de conjugar diversas visões diferenciadas e de retratar no relatório exatamente o que é fundamental e a contribuição mais importante que nós temos que dar à sociedade brasileira nesse momento.

Eu não vou entrar nos detalhes do relatório, mas acho que ele é um instrumento fundamental, uma produção importante de referência ao enfrentamento de uma questão fundamental, que é o nível de violência a que chegou o nosso País, especialmente a violência contra jovens negros e pobres.

O primeiro é o conceito e a caracterização de genocídio, posição corajosa desse relatório, porque foi um debate extensamente promovido aqui, intensamente promovido aqui, e perpassou todas as visitas que foram feitas por esta CPI a identificação da forma como esses homicídios ocorrem no País e o envolvimento do Estado brasileiro, do aparelho coercitivo do Estado brasileiro, do aparelho repressor do Estado brasileiro, nesse resultado. E não só o aparelho de Estado no que diz respeito ao seu aspecto da repressão direta da violência, da violência direta e material, mas de todo o aparato ideológico desse Estado, do controle dos meios de comunicação, da cultura da violência, da cultura da naturalidade da violência contra certos segmentos da população brasileira.

É claro que nós não estamos falando aqui de genocídio. Se continuar dessa forma, nós vamos ultrapassar, e muito, o holocausto, se continuar nessa marcha batida que está ocorrendo aí, porque já se vão, em 1 ano, mais assassinatos do que mortes de jovens nas guerras, no conjunto dos conflitos mundiais.

Portanto, a caracterização do genocídio nos coloca numa posição de rever também as políticas públicas, e acho que fica como uma das sugestões adiante. Se nós estamos vivendo um genocídio no Brasil, as políticas públicas de enfrentamento desse genocídio têm sido insuficientes, porque nós temos que elevar à categoria de prioridade, do ponto de vista das políticas públicas, a questão da segurança, não com o conceito que vem sendo feito, conceito de ordem pública, mas com o conceito de firmar a cidadania da população brasileira. Isso nós temos. Há consequência nesse conceito de genocídio, somado com o processo da impunidade, da



naturalidade com que são tratadas as mortes, com a fragilidade do nosso aparelho investigativo, do Poder Judiciário no enfrentamento da questão dos homicídios, que é muito mais zeloso nos crimes contra o patrimônio do que nos crimes contra a vida, principalmente se essa vida que foi ceifada é uma vida de pobre e negro e da periferia.

Portanto, esse conceito de genocídio, muito bem tratado e muito bem fundamentado e documentado — são fatos, são relatos, são constatações —, levamos a um compromisso, Presidente, Relatora, de que nós precisamos dar visibilidade a esse relatório no conjunto da sociedade. Ele é também um instrumento de mobilização política, de enfrentamento político, porque aqui, dentro desta CPI, às vezes, aparecia o chamado senso comum de tratar o problema da violência da forma mais rasteira e rasa que existe no que diz respeito à profundidade e à complexidade desse fenômeno na sociedade brasileira hoje.

Portanto, isso implica que nós temos que fazer uma avaliação. É claro que, com o tempo que foi destinado a esta CPI, com a não extensão dos trabalhos desta CPI, nós não pudemos fazer uma avaliação, por exemplo, do programa Juventude Viva, da integração das ações do Estado brasileiro nos seus diversos níveis, no que diz respeito a tratar dessas populações mais vulneráveis ao processo da violência. Nós não tivemos tempo hábil, mas daqui saem conceitos e delimitação de parâmetros importantes para isso. Um deles é essa questão do genocídio, e eu parablenizo a Relatora por tê-lo retratado bem.

O segundo é a questão do problema racial. Nós enfrentamos esse debate aqui diversas vezes: *“Não, são os pobres”*. Aí, aparentemente, até aceito um conceito de divisão de classe social dentro da nossa sociedade, mas não se vai ao debate em relação à questão racial, porque isso está assimilado. Como diz aqui o texto sobre o tipo de racismo que existe no Brasil: *“O problema do racismo, na atualidade, é bem diferente do que ocorria outrora. Como um camaleão, as estratégias adaptaram-se à evolução do arcabouço normativo.”* Essas são as constatações feitas. E diz mais o texto: *“Retomando a explicação de Darcy Ribeiro, ‘prevalece, em todo o Brasil, uma expectativa assimilacionista, que leva os brasileiros a supor e desejar que os negros desapareçam pela branqueação progressiva’*”.



Esse tipo de racismo que existe no Brasil, quer dizer, o racismo que está disseminado e culturalmente incorporado, às vezes, aparece de forma aberta. E essa forma de genocídio, essa forma dos homicídios contra a nossa juventude, é a materialização desse racismo.

Por isso, nós também avançamos aqui nesse conceito racial, porque eu vi aqui um dos votos em separado dizer assim: *“Não, no Brasil tem igualdade de oportunidade. Vamos lutar por uma sociedade meritocrática”*. O problema é que não tem igualdade de condições. *(Riso.)* O problema é que as igualdades de oportunidades são ceifadas pelos instrumentos de desigualdade e de repressão que existem para as populações mais carentes, inclusive o próprio aparato do Estado, que aqui é bem retratado do ponto de vista da segurança pública no Brasil.

Portanto, esse é o segundo aspecto que considero uma contribuição importante, porque essa questão racial, Sr. Presidente, ficava muito limitada, ainda no Brasil, aos movimentos antirracistas e, principalmente, aos segmentos que sofriam diretamente esse processo de racismo. Mas, hoje, o racismo virou um problema de Estado, que está afetando inclusive a nossa população jovem, do ponto de vistas dos riscos, e o desenvolvimento nacional.

Portanto, a CPI da Câmara Federal incorporar corajosamente esse debate sobre o racismo tal como ele está posto em cima de uma questão objetiva, que é a situação da violência no Brasil, o nível a que chegou a violência no Brasil, Deputada Rosângela Gomes, eu considero uma bela contribuição. E há soluções para isso, porque a primeira forma de resolver um problema é ter a dimensão real dele, e sempre insisto nisso. Camuflar, escamotear é a forma de não resolver o problema, de não ir às raízes do problema, não ser radical, do ponto de vista de ir às raízes do problema.

A terceira contribuição entra no debate sobre a questão da segurança, como é feita a política de segurança pública, como ela é elitizada e restrita, e o conceito de ordem pública, que nós precisamos enfrentar nesse debate. Não é o falso dilema de que o policial é mau ou bom, mas é que a estrutura do aparelho repressivo do Estado brasileiro leva a um conceito discricionário, um conceito racista, autoritário. E, no conceito de ordem pública, todo conceito de ordem e de guerra é para eliminar o adversário. E todo conceito que está hoje em debate, inclusive nesta Casa, não é



o de recuperar as pessoas que produziram um primeiro delito, às vezes um delito simples, mas é o de vingar, de punir com a vingança, de punir com a violência.

Por isso, esse terceiro aspecto da contribuição do relatório, que é nós discutirmos profundamente a questão do aparelho policial brasileiro, o sistema de segurança brasileiro, não com esse falso dilema, porque também a nossa polícia é a que mais morre, a que mais mata; as contribuições que nós tivemos aqui no debate de experiências positivas, como a experiência de Santa Catarina, se não me falha a memória, que foi uma experiência positiva em relação aos autos de resistência, parece-me que foram experiências positivas que podem ser assimiladas e, diríamos assim, socializadas para outros Estados, como o Estado da Bahia, por exemplo, que ainda se mantém os autos de resistência, que é uma forma de legalizar a violência e a truculência contra a população mais pobre do Brasil e especialmente a população negra.

Portanto, Sr. Presidente, acho que os resultados, que são o conjunto de sugestões, podem aprofundar bastante a nossa contribuição. Acho que, com o plano de enfrentamento, nós podemos, aí sim, detalhar mais esses conceitos que discutimos agora. Eu acho que aqui nós tiramos o conceito geral, aprovamos, do ponto de vista da Casa, uma compreensão sobre a realidade, e apontamos algumas sugestões. E acho que, dessas sugestões, nós temos condições de avançar mais, aprofundar mais do ponto de vista de contribuições mais concretas para a sociedade.

Parece-me, Sr. Presidente, que, aprovado esse relatório, eu voto com o relatório, voto com as conclusões da Relatora. Parece-me que os votos em separado, os votos apresentados vão numa dimensão completamente equivocada do debate, do acúmulo que esta Comissão teve de debates, de depoimentos e de contribuições.

Espero que o nosso segundo passo seja conseguir sensibilizar a Câmara e a sociedade para as conclusões e para o enfrentamento real da violência contra jovens, negros e pobres no Brasil e que possamos efetivamente ultrapassar, virar essa página na história, essa página difícil e sangrenta na história brasileira, que continua desde o advento do escravismo no Brasil, e precisamos superar esse conceito escravista que está encarnado ainda no conjunto da sociedade brasileira.



Parabéns pela condução dos trabalhos, Deputado Reginaldo Lopes, e parabéns à Relatora por essa contribuição à sociedade brasileira e pela capacidade, em curto espaço de tempo, desta CPI produzir um material robusto, com sugestões concretas para o enfrentamento da questão da violência.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos suspender a reunião por mais 5 minutos para que todos possam ir ao plenário votar. Depois, falarão os Deputados Paulão, Damião Feliciano e Pastor Eurico.

Então, vamos suspender a reunião por mais 5 minutos. Vamos à votação e voltamos imediatamente para a continuidade dos debates.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Retomamos os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Passo a palavra ao próximo orador, para debater o relatório final, Deputado Paulão, militante atuante desta CPI. Com a palavra, por 15 minutos, o Deputado Paulão.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. e a Relatora, a Deputada Rosangela, principalmente pela capacidade de síntese que V.Exas. tiveram, e inclusive nos três votos em separado, cujos autores não estão presentes aqui no plenário, que declararam que não são contrários ao relatório. Na realidade, eles vão apresentar como adendos, isso se for logicamente acatado. Então, por essa capacidade, por essa alquimia política que V.Exa. conseguiu junto com a Relatora, em momento tão tenso que a sociedade vem atravessando, em que a gente está com a marca de muita obscuridade, realmente a gente tem que parabenizar.

Eu, particularmente, recebi os votos dos Relatores há pouco e estava fazendo uma leitura. Eu acho que a questão central é negar que há racismo; isso permeou os três relatórios, e eu acho esta aqui uma das questões centrais no processo do debate. E, inclusive fazendo uma leitura do próprio relatório — não estou criando —, destaquei, na página 24, *“o aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que*



*ele dá a si mesmo uma imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido.*” Isso está no relatório, na página 24, já no final, em negrito.

E a gente lembra um pouco a importância do livro de Fanon. Isso é fundamental. Eu tinha tido a oportunidade de fazer uma leitura, em relação também ao relatório que por si só é autoexplicativo, a respeito da postura do grande jurista Boaventura. Na reunião passada, eu também grifei que ele faz uma fala importante sobre a questão do genocídio. Então, eu quero dizer, a exemplo de vários colegas que me antecederam aqui, que particularmente também sou desta tese: negar — é claro que eu respeito as posições contrárias e os três votos em separado, mas eu considero um grande equívoco, porque não contribui para o processo civilizatório, não contribui para o Estado Democrático de Direito e não cria um empoderamento para os negros e negras no Brasil. Portanto, sem dúvida nenhuma, é uma fala de quem tem poder e que é reproduzida num momento como esse.

Sr. Presidente, eu queria focar a parte final, porque todos que fizeram a leitura aqui trabalharam a questão de ordem generalista importante, mas eu queria dar destaque a alguns tópicos do relatório — são vários tópicos — e à importância que ele tem em relação ao conteúdo e ao objeto da CPI. Primeiro, ele saiu da invisibilidade. Isso, para mim, já tem um papel fundamental. Quando se discute a questão da violência dos jovens negros e negras, para mim, tira da invisibilidade, a sociedade não quer fazer essa discussão. Portanto, já tem esse papel e já cumpre o papel fundamental, e eu disse, sobre o relatório anterior, que o Senado criou essa temática e poderia ser uma CPMI. Portanto, ainda podem ser adendados vários eixos aqui que, de repente, não foram recepcionados.

Eu queria destacar também que, sobre o relatório do voto em separado, há um debate nesta Casa do ponto de vista ideológico. Quando o relatório apresenta, na página 97, no primeiro parágrafo, o fim da elaboração de autos de resistência e a adoção de medidas rigorosas de investigação dos crimes cometidos contra a vida, recomenda-se a aprovação imediata do PL 4.478, de 2012, e a gente tem que estar discutindo aqui os autos de resistência. Não criminaliza nenhum agente público, principalmente os policiais, da parte operacional. Na realidade, os autos de



resistência são um instrumento a mais para fortalecer o Estado Democrático de Direito, principalmente, e você manter — é verdade que o Código Penal prevê isso — é uma redundância. Mas é importante essa redundância, porque ela não está sendo respeitada. Respeitar o local da cena, permitindo que a perícia...

Então, aqui a gente percebe que, toda vez que esse debate dos autos de resistência é colocado aqui, alguns colegas desvirtuam, dizendo que é um processo de criminalização contra os agentes públicos; o conteúdo do projeto de autoria do meu colega Parlamentar Paulo Teixeira no momento coloca isso.

Há outra questão também, na página 98, que é fundamental. E eu ouvi aqui um dos Deputados que tem voto em separado, quando propõe a revogação do crime de desacato, dizendo que isso desarmaria a autoridade pública, o promotor, o juiz. Ora, a questão do desacato é a carteirada, que é uma prática que o jovem pobre está levando todo dia, né? E essa recomendação é inclusive uma recomendação do art. 19, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Inclusive, quando foi questionado pela Corte Americana de Direitos Humanos, pela Defensoria Pública de São Paulo. E é uma reivindicação de todas as Defensorias Públicas brasileiras. Portanto, esse debate é aprofundado. Ele não é um debate rasteiro, é um debate aprofundado.

O outro item a que eu queria dar destaque, na página 99, é o que dá nova organização à perícia oficial, apresentada à Comissão e à PEC 325/2009. Na semana passada, eu tive a oportunidade, no gabinete, de ser procurado pelo Presidente da Associação dos Peritos da Polícia Federal, que fazia a ponderação da importância disso, porque existe aqui de um projeto que fortalece a perícia e se deixa de lado um pouco os papiloscopistas, Deputado Orlando Silva, que têm papel fundamental. E fica uma briga interna entre os peritos e os papiloscopistas, não é? Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Esse debate para mim também é um problema *interna corporis*, mas compete equacionar. E, para surpresa nossa, tivemos uma reunião hoje com a Relatora e com o Presidente. Isso também foi equacionado, já que a temática foi proposta no relatório.

Criar o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, superando o racismo na reparação de danos. E estou aqui reproduzindo, porque isso tem



destaque. A questão dos encaminhamentos é importante. As políticas públicas, se não tiverem fundo dirigido, com definição, têm muita dificuldade.

O outro eixo estabelece a possibilidade de criação de polícias estaduais únicas desmilitarizadas e de ciclo completo, recomendando a apreciação da PEC 423/2014. Aí eu percebi a sutileza do Presidente e da Relatora. Estabelece a possibilidade, e, quando estabelece a possibilidade, é porque ocorreu um acordo entre os Deputados que têm o contraditório para o relatório. Se tivesse um processo imperativo, seria melhor. Criar é diferente de estabelecer a possibilidade, não é?

Outro item. Atribui à Polícia Federal a apuração de crimes praticados por milícia privada de grupos de extermínio, bem como para conferir à Justiça Federal a competência para o processamento e julgamento desses crimes, proposição e autoria da CPI. Eu percebi aqui que algumas pessoas são contrárias a esse processo.

Em Alagoas, o Deputado Reginaldo Lopes e a Deputada Rosângela Gomes participaram, ouvimos o depoimento da D. Maria, mãe do Davi, um jovem de 17 anos que até hoje está desaparecido; portanto não há crime, em tese, já que não há corpo. Mesmo acima de 100 dias, ela nutre, Padre Luiz Couto, a esperança de que o seu filho esteja vivo. E o processo de indiciamento aponta três militares da radiopatrulha. E, feita a denúncia, essa trabalhadora estava no ponto de ônibus quando, de repente, uma bala perdida acertou a cabeça dela. Está alojada ainda, mas ela sobreviveu. E todos os indícios levam a crer que são esses policiais de novo.

Por uma questão prudencial, é fundamental que esse crime e outros com processo análogo possam ter um fórum especial, porque há um processo corporativista que infelizmente não consegue trabalhar essa situação. Então, eu daria destaque. Sr. Presidente e Sra. Relatora, quero parabenizá-los.

Outro item: recomendação à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República — SEPPIR/PR de que institua o sistema nacional de informação sobre a violência contra os jovens negros e pobres no Brasil.

Outro item: recomendação à Secretaria Nacional de Juventude, para que constitua quadro técnico funcional de servidores de carreira qualificado para



elaboração, monitoramento e execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a juventude. Ao Ministério da Justiça, para que invista em campanha de sensibilização dos operadores do sistema de segurança pública e Justiça criminal para o enfrentamento do racismo.

E eu queria dar destaque para Alagoas que, apesar de ser o Estado com o maior índice de violência num passado recente, quando o Governador era do PDT, hoje Deputado Federal Ronaldo Lessa, ele criou e fortaleceu a gerência de direitos humanos na Polícia Militar do Estado de Alagoas, e com isso os índices diminuíram sensivelmente. Ganhou um prêmio nacional. Depois que o PSDB assumiu, desmontou-se esse processo.

Então, se você faz um processo de sensibilização formativo, sem dúvida nenhuma ele tem um papel diferente de hoje do atual Secretário que faz uma apologia muito forte, naquele estilo Rambo, quando diz uma frase clássica que muitos aqui reproduzem: *“Bandido bom é bandido morto”*. E a sociedade aplaude.

Não existe a questão de que bandido bom é bandido morto. O bandido tem que ser preso. Se reagir, logicamente há previsão legal, inclusive na polícia do Canadá, considerada a mais preparada do mundo. Ninguém está questionando isso. Porém, é o Estado que tem que trabalhar essa situação.

O outro item: recomendação à Secretaria de Planejamento e Orçamento para a criação desse fundo. E, no campo municipal — já estou concluindo —, para que estimule a criação de Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial, de modo a garantir a participação da sociedade civil na discussão e fiscalização das políticas de enfrentamento às violências contra a juventude negra e pobre no Brasil.

Ora, por mais que a gente queira, a gente não pode criar a ilusão de que são somente os entes institucionais que vão dar resposta a esse processo da violência; é fundamental a participação da sociedade civil e principalmente dos atores diretos, que hoje é a temática da CPI, e que os Municípios consigam incorporar e ter caráter deliberativo.

Em relação a recomendações ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho Nacional de Procuradores — eu quero destacar, senhores, porque a gente fala aqui muito do Executivo —, para que tomem medidas, para que os membros ministeriais do País promovam o julgamento de centenas de milhares de inquéritos



de homicídio; para que tome medidas para que os membros do Ministério ofereçam denúncia de homicídio em um prazo razoável, assim como acompanhe a tramitação da denúncia pela Justiça e o julgamento pelo Tribunal do Júri.

Um dos gargalos que nós temos, porque a gente trabalha muito aqui só o Executivo e a Polícia, é a morosidade, e compete ao Ministério Público, dono da ação, ter uma equipe específica, uma Vara, enfim, algo similar a isso, porque não interessa muitas vezes ao Ministério Público. Ao Ministério Público, muitas vezes, interessa quando o processo é midiático. Hoje mesmo houve um depoimento. Aí é fundamental, está toda a grande imprensa presente. Então, esse processo midiático do MP tem o seu papel, mas ele não está cuidando dos jovens que estão morrendo. No caso de Alagoas, no final de semana, no ano passado já tivemos, repito, 36 mortes entre uma sexta e um segunda-feira. Temos a localização, horário, corte racial, sexo e poder aquisitivo. E os inquiridos, na maioria das vezes, são malfeitos, e o MP também não prioriza como um palco, porque não interessa, é a periferia que está morrendo.

E, por fim, Sr. Presidente, sem atrapalhar aqui o tempo, para que outros companheiros tenham a palavra, eu aprovo o relatório. Relatora, acrescentei uma proposta mínima, que não altera o conteúdo, no sentido de fazer um adendo simples para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, dispor dos serviços especializados para o atendimento de mães e familiares das vítimas do genocídio. Lá, em Alagoas, vocês verificaram a situação das mães; no Rio de Janeiro, eu tive oportunidade de verificar, não é diferente. Então, a gente percebe que existe ainda uma lacuna, e essas verdadeiras heroínas e guerreiras, na maioria, quando há violência, elas mesmas se transformam em investigadoras, como foi o caso de D. Maria. O caso do jovem Davi, que está desaparecido, foi devido à mãe, e no relatório ocorreu essa lacuna simples que eu apresento no sentido de que em momento outro seja recepcionada. Repito, que a Secretaria de Políticas para as Mulheres possa ter uma política voltada para as mães vítimas de violências e também para os seus familiares. Deixo aqui a reflexão.

E quero parabenizar, Sr. Presidente. Eu avalio que o tempo também foi um grande adversário nosso, até inimigo, mas foi feito com brilhantismo. E aqui eu



queria, em nome de toda a equipe técnica, parabenizar a equipe pela capacidade do relatório, a sistematização. A gente vê aqui todos os depoimentos, faltaram alguns.

Com todo o respeito aos votos em separado, que eu respeito muito, digo que a gente não teria condições de fazer um voto em separado, até pelo processo simplista de cada um apresentar, e fazer uma troca em relação a esse relatório substantivo. Essa equipe trabalhou de forma profissional, de forma corajosa, para manter a realidade do depoimento *ipsis litteris*. Portanto, o Presidente, a nossa Relatora Rosangela e, ao mesmo tempo, a equipe.

Eu verifico aqui que, mesmo com divergências em momentos mais acalorados, no final o processo civilizatório permeou, porque eu acho que é essa a regra desta Casa, que tem que fazer um bom debate.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.

Quero passar a palavra para o Deputado Damião Feliciano; depois, ao Deputado Pastor Eurico; depois, ao Deputado Benedito.

**O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO** - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, chegamos, enfim, ao término da nossa CPI, que tem naturalmente o intuito e o destino de apurar as razões, as causas, as consequências e os custos sociais da morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Eu, no início desta CPI, não tomei muita fé no que iria acontecer. Eu sempre aqui interrogava quais seriam as consequências, que não iriam basicamente dar em nada. Essa é uma luta que vem sendo dita desde que o negro saiu da senzala e foi alocado para a favela. E, quando ele foi alocado para a favela, foram com ele também todos os desastres sociais. Os problemas sociais acompanharam essa multidão, essa negritude, e o Estado brasileiro não conseguiu naturalmente recuperar ou pelo menos fazer justiça a essa população.

O preconceito racial, naturalmente — isso é inegável —, existe. Dado mais pelo depoimento de uma pessoa naturalmente branca, que está ocupando um cargo de destaque, às vezes, até tem pena do racismo do negro. Mas, quando o sujeito é negro, quando o sujeito vive, quando o sujeito passa, aí o sujeito sabe o que é o



racismo. Então, quando o sujeito sofre na pele, ele entende profundamente o que é o racismo.

Mas eu quero dizer que o relatório, Sr. Presidente, Sra. Relatora, atende — não era a perfeição que nós queríamos — muito bem a todas as questões que foram colocadas. Eu não quero aqui discutir a questão da ação policial. Não quero discutir aqui como a polícia age, o que tem em relação aos autos de resistência. São todas questões que nós vamos ter que discutir paulatinamente, em determinados casos, em determinadas situações, cada uma no seu foro adequado.

Qual é a preocupação fundamental que eu gostaria de colocar aqui? O problema maior que eu coloco aqui é o seguinte: se nós não tivermos a preocupação de adotar políticas públicas, nesses bolsões de misérias que há nas grandes cidades, nas grandes favelas do Rio de Janeiro, nas periferias lá de São Paulo, nas periferias de João Pessoa, nós daqui a 20 anos estaremos com o mesmo problema, discutindo a mesma situação, com outra CPI, e os índices serão os mesmos, porque o aparelho governamental é que vai ter que levar essas políticas públicas para essas comunidades. Não adianta essa discussão...

Por que eu estou aqui? É uma questão de responsabilidade de todos nós, porque, na hora em que nós estamos aqui discutindo, lá na periferia dessas grandes cidades estão morrendo negros, jovens. E quem os ampara? Quem é que vai pegar na mão ou dar a mão amiga para que eles possam sair dessa situação? Não existe isso. A alguns lugares nem o aparelho policial consegue chegar.

A minha preocupação, Sr. Presidente — e eu a tenho externado sempre aqui — é que fazer esse diagnóstico é muito bom. Eu, como médico, posso dizer que fazer diagnóstico é difícil na Medicina; instituir um tratamento que possa curar é outro dado final do tratamento do paciente. Nós, que somos médicos, satisfazemo-nos quando um paciente dá um sorriso de alegria, quando ele está curado. E este negão está aqui fazendo um diagnóstico! Para essas pessoas que continuam naqueles bolsões de miséria, o que o aparelho governamental está fazendo para melhorar a escolaridade desse povo? Onde é que estão as escolas profissionalizantes nesses bolsões de miséria? Como está a saúde exatamente nesses locais que o Governo precisa atingir? É com esse tratamento que eu me preocupo.



Estão aqui colocadas dentro do relatório as recomendações específicas para o Poder Executivo. É esse detalhe que eu achei importante — e eu quero parabenizar a Relatora —, exatamente porque é um ponto que me toca, porque, na hora em que a gente conseguir fazer esse papel, com certeza daqui a 10, 15 ou 20 anos nós veremos uma sociedade melhor e mais justa para os negros, principalmente aqueles que são escolarizados, aqueles que vão ter oportunidades sociais, os que vão ter oportunidade de montar a sua empresa.

Então, o rigor que eu gostaria dos Governos, tanto do Federal... Esse é o diagnóstico que eu gostaria que fosse feito dentro desta CPI com mais profundidade. O que o aparelho governamental federal está fazendo por esse povo? O que o aparelho estadual está fazendo por esse povo?

O relatório precisa saber os números das escolas que esse pessoal está tendo... Então, não temos nem estatísticas direito sobre a violência. Isso é relativo para uma população futura que vai... Esses que estão nascendo hoje, daqui a 10 anos, estarão na mesma condição.

Então, eu vou falar em dinheiro, porque não adianta conversa aqui, Sr. Presidente, se não for colocado dinheiro em cima disso daí... Não adianta o Governo Federal dizer que está bem, que está adotando — eu não vou ocupar todo o tempo, viu, Sr. Presidente, para colaborar com os outros, eu já estou concluindo —, para dizer que nós não estamos colocando esses recursos... Por exemplo, lá na minha terra, na Paraíba, hoje nós temos o Bolsa Família. Tem gente que critica o Bolsa Família. Acontece que nós estamos vivendo a maior seca que a Paraíba já teve. Não tem ataques às lojas e nem aos supermercados porque o Bolsa Família atende, ampara esse povo.

Esses mesmos recursos, que são poucos para a SEPPIR, para as comunidades negras, é que deveriam ser aumentados. Sem esses recursos nós não vamos ter nunca uma melhora para esse povo. Só alguns negões como eu tiveram o privilégio de estudar Medicina; outros que tiveram estudo também poderão ter luz na sociedade. Mas e os outros, aqueles coitados? Daqui a 10 anos não terá luz no túnel para esse povo.



Por isso que está aqui, na página 109, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão para que tome iniciativa de propor a instituição do fundo nacional para o enfrentamento da violência contra os jovens negros e pobres.

Desse jeito, isso aqui é uma luz no túnel, se tiver realidade. Ministério da Educação, para que incentive a implantação dos programas PROJOVEM Urbano, unidades prisionais, etc.

Então, sobre esses pontos, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, não tendo acesso aos melhores postos de trabalho, aos locais dignos de moradia e à formação educacional de qualidade, a juventude negra e pobre encerrou-se em uma armadilha sistêmica.

Aqui, só para concluir, na penúltima página, também a Relatora foi feliz nessas proposições quando recomendou naturalmente esse plano que deve ser feito não só pelo Governo Federal, como pelo Governo Estadual.

Então, neste instante, Sr. Presidente, eu queria parabenizar V.Exa., que tomou uma posição no momento oportuno em que eu estava em dúvida em relação ao efeito desta CPI. V.Exa. teve condição de abrir espaço para trazer segmentos importantes da sociedade: o Governo Federal, o Governo Estadual, a Polícia. O senhor fez um amplo debate para a produção deste brilhante relatório da Deputada e intelectual Rosangela Gomes, que, naturalmente, é apoiado por esta Comissão.

Eu sou favorável à aprovação, mas eu peço, solicito e rogo a V.Exa. e a esta Comissão que a gente acompanhe, que a gente possa, daqui a 6 meses, fazer uma avaliação, para, daqui a 1 ano, a gente fazer uma avaliação do que realmente essas propostas produziram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Damião Feliciano.

A CPI propõe a criação da Comissão Permanente Temporária, por 3 legislaturas, para acompanhar, articular e monitorar a implantação do Plano Nacional de Combate a Homicídios.

Então, é uma proposição, um projeto de resolução da CPI à Câmara Federal. Aprovado, nós vamos ter uma Comissão para monitorar e acompanhar isso.

**O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO** - Tomara que seja formada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Pastor Eurico, por 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, a princípio, eu fiz as colocações concernentes à inclusão de relatório, que já foi acatado pela Relatora e que será inserido nesse relatório.

Sr. Presidente, nós acompanhamos o trabalho. Tivemos aí muitas audiências. Acredito que foi importante todo o trabalho realizado. O relatório é fruto do trabalho. Temos algumas divergências. Inclusive, Sr. Presidente, eu fico preocupado com aqueles que acompanham o trabalho desta Comissão pelas redes sociais, principalmente na Internet.

Já temos um pequeno problema: o relatório que eu tenho em mãos tem 261 páginas; o que está na Internet só tem 248. Alguma coisa não está batendo. Eu gostaria de chamar bem a atenção para isso, com orientação legislativa do Dr. Sérgio. Duzentos e quarenta e oito páginas estão na Internet; aqui nós temos 261.

Por outro lado, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Pastor Eurico, só para lhe responder: eu acho que a autenticação aqui dá uma diferença. O sistema interno, que a gente disponibiliza, dá algumas diferenças do ponto de vista das páginas impressas, justamente pelo tamanho da letra.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Por outro lado, Sr. Presidente, houve algumas alterações. E eu acho que não deu tempo de todos tomarem conhecimento dessas alterações.

Eu fiquei preocupado, Sr. Presidente, haja vista que todos os trabalhos são suspensos no momento em que começa a Ordem do Dia. Então, claro, é direito de V.Exa. dar sequência à discussão. Ficamos impedidos de votar desde que haja a Ordem do Dia. E, pelo que eu entendo, não se vai votar esse relatório hoje. Já inclusive há deliberação da Presidência da Casa, para o dia 4, das CPIs e dos relatórios que estão em andamento. Por outro lado também há formação de requerimento à Mesa para que haja prorrogação de alguns casos de CPIs para 60 dias.

Nós lutamos aqui para que houvesse prorrogação, e não houve aquiescência da Presidência da Casa. Todos concordam que, se tivéssemos mais tempo,



teríamos muitas colocações ou muitos outros assuntos que seriam discutidos, abordados. Seriam apuradas outras informações. Com isso, tivemos que correr para chegar onde estamos hoje.

Sr. Presidente, houve aí uns votos em separado, e eu estou vendo assim... Eu respeito as posições, mas parece que há certa desconsideração de partes... Não estão tendo valores esses votos em separado. Eu acredito que quem o apresentou vai reivindicar o direito de discussão, para que seja votado.

Todos conhecem as minhas posições. Na verdade, Sr. Presidente, eu já carrego um estigma aqui pelo projeto dos autos de resistência. Por incrível que pareça, muitos falam e não sabem nem que eu fui o Relator do projeto dos autos de resistência. Parece até que, quando alguns olham para os meus posicionamentos, eu seria contrário... Na verdade, tivemos divergências aqui. Houve embates. Inclusive eu, com todo respeito, todos sabem da minha posição com os militares, as Forças Armadas, as nossas lutas em prol das Forças Armadas do nosso Brasil, mas ponderamos, em alguns momentos, que temos que ser racionais, até porque existem pessoas que são do mal e outras que são pessoas do bem.

Lamentavelmente, eu fui pichado como defensor de marginais nesse momento por causa desse PL 4.471, que trata dos autos de resistência. Espalharam — eu tive problema com o Rio de Janeiro e São Paulo — que o Deputado Pastor Eurico tinha virado a casaca e agora estava a favor de bandido, contra os policiais. Na verdade, não existe isso.

Apurados alguns casos, foi notório que pessoas, cidadãos, elementos ou bandidos, seja lá como são chamados — já não importa, porque eram seres humanos —, depois de mobilizados, depois de presos, algemados e colocados em veículos para transporte da polícia para serem transportados às delegacias, no outro dia apareciam mortos. Aí, automaticamente, a população assistiu, viu, tal, tudo bem... No outro dia estava lá: “*resistência à prisão...*” Aí se aplicam os autos de resistência. Bom... Aí a gente vê que fica uma situação...

Em São Paulo começou o pagamento, um por um. Se alguém do crime for morto, o crime vai lá e mata o policial. Não quer saber quem é. Encontrou um policial, mata. É um por um. Por outro lado, a sociedade também, no seu devido direito, começa agora a pichar a polícia como “assassina”, “grupos de extermínio” e



tantos outros termos que foram colocados. Aí, sim, os bons policiais automaticamente passam a ter a pecha de maus policiais, de assassinos, de coisa semelhante.

Houve discussões, chegamos a um acordo entre muitos Deputados aqui, e foi aprovado o projeto dos autos de resistência, e estamos aguardando o andamento desse processo.

O que me intriga, Sr. Presidente, é que tivemos aqui, em várias audiências, representantes das Forças Armadas, principalmente da polícia, das forças de segurança, e houve muitos relatórios.

Eu quero pontuar aqui o caso de Pernambuco, porque eu sou de Pernambuco. Quando convocada aqui, a representação de Segurança do Estado trouxe para esta Casa um relatório consubstanciado, atualizado — inclusive, hoje, funciona a cada 3 dias, está superatualizado, porque faz parte do Programa Pacto Pela Vida, que V.Exa. acompanhou e sabe como funciona.

Hoje um fato ímpar no Brasil é que todas as pessoas mortas em confronto com a polícia, quer sejam brancas, pardas ou negras, são identificadas — pardas, negras e brancas. E, mesmo sendo qualificadas como resistência ou qualquer coisa semelhante com as policias, eles estão nos relatórios dos homicídios. Então, não se separam. Em alguns Estados eles não colocam... Então, fica sendo irreal a estatística de homicídio. Isso aí foi colocado.

Por outro lado, muitos posicionamentos, muitas situações que foram provadas aqui pelas forças de segurança me deixaram preocupadas, porque me parece que não valeram muito algumas informações para o relatório. Parece mais que só o lado que reivindica contra o racismo, o extermínio — não estou sendo contra —, a perseguição, a discriminação... Parece que só se está sendo visto esse lado.

Claro, não existe hoje mais essa prática racial tal qual existia antes. Existem pessoas hoje que ainda mantêm esse ódio, essa discriminação contra pessoas de cor negra. Mas eu também lamento, com todo respeito aos negros... Acho que estou incluído neles, porque eu sou pardo também, tenho muitos familiares negros. Todos sabem que sou pastor evangélico e também que, na minha igreja, a maioria é de negros; meus líderes sempre foram negros, nunca tive problema. Afinal de contas, quando se trata de luta racial, eu tenho que me reportar ao grande ícone referencial



que foi um pastor evangélico, Martin Luther King, que começou essa guerra a favor do bem.

Lamentavelmente, Sr. Presidente — desculpe-me —, o que eu vejo é que existe uma verdadeira guerra interna entre representantes da própria classe.

Parece que vimos aí alguns se digladiando; eles não se unem em prol dessa causa. Num momento como este aparecem uns que defendem e outros que... Então, eu não vou entrar nesse mérito.

Agora, por outro lado, eu não posso aproveitar um tema como este, um assunto específico que foi — está muito claro na CPI —, como a violência, a questão dos negros, brancos e pobres.

Trata-se de pessoas. E aí a gente pode incluir qualquer outra pessoa, porque a qualquer violência somos contrários. Agora, Sr. Presidente, eu fico aqui preocupado, aí sim, com as recomendações ou propostas que foram numeradas, em 84 proposituras que estão nesse relatório.

Aí, sim, aparecem alguns grupos ativistas que ora parecem defender a sociedade de um jeito, ora de outro. De repente, as colocações feitas não se batem.

Eu não posso concordar com termos que constam nas Proposituras nºs 1, 2, 3, 4, 6, 13, 16, 26, 28, porque não são o objeto desta CPI. E lamentavelmente há termos que estão sendo colocados aqui. Não tenho nada contra nenhum ser humano, principalmente homossexual, mas esta CPI não é uma CPI para implementar aqui alguma ideologia ativista homossexual.

Lamentavelmente, a introdução de termo “gênero”, “orientação sexual”, “identidade de gênero”, todos estariam contemplados, sem nenhuma discussão aqui, se tivessem colocado o que está na Constituição: “sexo”. E acabou! Se a pessoa quer seguir a sua parte homossexual é problema dele, respeitamos. Agora, por que tem que introduzir isso aqui?

Temos aqui, principalmente a Proposição nº 6, que vai falar de colocações homofóbicas. Qual a lei de homofobia que temos hoje? Então, por favor, Sr. Presidente, eu acho que não podemos colocar aqui... É muito comum V.Exa. ouvir aqui nas nossas reuniões, no nosso plenário: *“Não, estão colocando um jabuti aí...”* Não estou querendo dizer que é isso, mas é coisa mais ou menos semelhante. Por favor!



Eu acho que, se nós nos prendermos a alguns pontos, haverá divergências. Sim, em alguns termos aqui. Já foi acatada a questão da desmilitarização. Ótimo, porque também não caberia aqui. Eu acho que temos que separar as coisas.

Então, Sr. Presidente, eu acredito que é possível fecharmos esse relatório sem problemas, sem tantas divergências. Agora, eu lamento, porque algumas inserções apareceram aqui, fruto de discussões que apareceram aleatoriamente em algumas reuniões aqui, mas parece que alguém brigou: *“Coloca lá, tem que ter isso aqui. Se tiver, está aprovado; se não...”* Aí, Sr. Presidente, me deixa uma interrogação. Fica essa guerra. Tem que aprovar isso hoje?

Ainda bem que V.Exa. já disse que não tem essa aprovação hoje, mas eu quero que entenda. Sou favorável a boa tarde desse relatório. Afinal de contas, foi uma luta conjunta.

Eu sou um pouco contra as cotas — e os senhores sabem das minhas posições —, mas, em dados momentos aqui, votei a favor, discuti algumas situações. Agora, Sr. Presidente, lamentavelmente, o que eu não posso é usar o problema racial, sem potencial menor que anteriormente... Como disse, não faço coro com aqueles que desrespeitam as pessoas de cor. Agora, Sr. Presidente, eu não posso aproveitar esse tema aqui e tentar inserir algumas ideologias que eu acho que ferem o princípio e o objetivo desta CPI.

São essas as minhas colocações. E deixo aqui pontuado, registrado e gravado que eu não sou a favor dos termos que estão inseridos nas Proposições 1, 2, 3, 4, 6, 13, 16, 26, 28. Eu acho que não cabem.

Se forem trocados, Sr. Presidente, os termos que estão lá simplesmente pela palavra “sexo”, vai ser contemplado todo mundo: homem, mulher, homossexual, transexual, seja lá quem for, qualquer pessoa, porque vão identificar as duas pessoas. E aí cada um segue a prática que quiser, porque eu respeito a cada pessoa nas suas práticas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva, por 15 minutos. Depois, o Deputado Glauber Braga.



**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até que enfim chegou o meu momento.

Sr. Presidente, a Deputada Rosângela Gomes, nossa Relatora, provavelmente terá oportunidade de fazer a defesa do seu relatório, que, na verdade, nada mais é do que a realidade colhida desta CPI nas diligências. Penso que nos faltou mais tempo.

Sei do esforço de V.Exa. e também o estimei para que pudéssemos buscar, com o Presidente da Casa, um tempo maior para a CPI, porque é praxe desta Casa uma CPI deste âmbito ter um pouquinho mais de tempo, até para que o debate pudesse colher mais algumas informações que eu considero realmente importantes para o nosso fecho.

Eu não tive, posso confessar, dado o fato que não participei da reunião passada, tempo suficiente para me debruçar sobre aquilo que eu gostaria no relatório, para dar uma contribuição verbal, pura e simplesmente, na medida em que esse relatório não é um relatório da cabeça da Relatora, não é um relatório da cabeça do Presidente. Nós contribuimos com proposições. Isso foi o que se colheu das testemunhas ouvidas, foi o que se colheu das informações aqui colocadas.

Nesse sentido, eu, com a minha leitura muito rápida, não tão dinâmica, observei que algumas questões nós poderíamos ter deixado um pouco mais claras. Posso dizer que não gosto de usar esse termo “mais claro”, mas “mais compreensível”, porque nós tivemos aqui contribuições riquíssimas.

Eu não acompanhei. Apenas fui a uma diligência, mas acredito que a CPI teve outras tantas diligências... Eu não sei se 15, 20, não sei, mas nós temos um diagnóstico que pode ter deixado de colocar no relatório os gráficos e as tabelas que eu vi serem apresentadas aqui na CPI.

Eu acho que isso contribui um pouco mais para o raciocínio daqueles que têm a compreensão de que o relatório é um relatório, como o Deputado Pastor Eurico coloca, no qual colocaram aqui um penduricalho. Mas, se nós formos olhar, não há penduricalhos!

Todos nós somos responsáveis por tudo o que dissemos e o que apresentamos. Inclusive as pessoas que aqui estiveram deram seu testemunho, trouxeram seus gráficos, trouxeram aqui as suas tabelas. Algumas foram



questionadas por nós aqui durante o debate, porque as informações não batiam. Eu acho que isso poderia ter ajudado um pouco mais no diagnóstico, e nós poderíamos buscá-lo, se ainda for possível, não sei.

Em relação também à linguística, eu não tive tempo de ver, mas tem um termo que nós já abolimos, que é entre o feijãozinho, o mulatinho, o pardo. O “mulato” é realmente uma das coisas mais fortes que a militância, no movimento negro, aboliu. Sobre isso, nós poderíamos fazer um debate entre nós.

E eu atribuo isso à falta de tempo que nós não tivemos, porque é uma coisa, assim, primária, nos debates dentro do movimento negro, feitos pelos pesquisadores e pelos professores — e não precisam nem ser da causa negra. A gente coloca que por uma questão de um cruzamento entre animais surgiu essa história do “mulato”: cavalo, jumenta, essa coisa toda; égua e jumento, e aí sai o tal mulato. Essa expressão é uma expressão que nós não deveríamos ter, no nosso relatório como redação.

Se tivéssemos aqui tempo, iríamos fazer um profundo debate sobre essa questão. *Tornar-se Negro* é um livro que todos nós deveríamos ler; quem já o leu deveria relê-lo. É um livro muito interessante. Se eu pudesse antes, teria aconselhado a esta CPI fazer a leitura. Ele ajuda muito na compreensão de indecisões e conflitos que nós vivemos entre “*Ser ou não ser, eis a questão*”. Em relação a essa etnia, se eu sou, ou se eu não sou. Isso é muito importante.

E tem uma coisa que eu senti muita falta nesse relatório, senti falta no debate — pode ser que ele tenha sido feito justamente quando eu aqui não estive —, que foi o racismo midiático. Nós não poderíamos ter fugido desse debate e deveríamos tê-lo tido aqui. Eu me lembro de que, uma vez, eu, nesta Casa, na Constituinte, enfrentei um dos mais ricos debates, e não foi com uma pessoa qualquer, foi com Roberto Marinho, ainda vivo, sobre essa questão. Nós estávamos colocando a presença do negro nos meios de comunicações na Constituição brasileira; e ele não se conformava, por que a gente ia colocar isso. Eu disse: “*Não, é porque o negro não aparece, negro existe, tem imagem e nós precisamos que apareça*”.

Então, nós começamos a fazer esse debate.

Talvez, se não fosse a minha militância, eu tivesse certo temor, dada a potência que era Roberto Marinho. Mas conseguimos, não é, Relatora, naquele



momento, fazer essa discussão com ele. E chegamos à conclusão de que, realmente, para eles, era perfeitamente natural não ter assim, todos os dias, em todas as novelas, esse ator ou essa atriz negra, em outro papel, que não fosse o da cozinheira e o cara lá, o motorista. Nós começamos a amadurecer isso.

Esse racismo vai reforçando o preconceito, vai estigmatizando: aquela negra burra que falava errado, aquela coisa, aqueles programas humorísticos que, em geral, nos quais quem falava errado... Mas era tudo como graça, não é! E a população negra sempre, nos meios de comunicação, envolvida com essas coisas. Não que a gente seja contra o humor, porque o humor existe, e a gente está aí... Um ator e uma atriz podem fazer humor, como podem... Mas era uma coisa muito acintosa e ainda é uma coisa acintosa.

Fora isso, além disso, aquilo que reforça também o preconceito e o estigma são as notícias policiais. Até que nós tenhamos rádios e televisões do movimento negro como política pública, e o Governo vem ajudando um pouco, Mas, ainda, existe aquela afirmação: *“Lá vai aquele negão, olha, aquele do beijo não sei o quê”*. Ninguém se identifica assim: *“Vai um homem, ou vai uma mulher, está ali, daquele jeito, não é”*. As pessoas não podem ser estereotipadas. Por exemplo, é um homossexual, você não pode dizer assim: *“É um homossexual que está ali, e é isso”*. Não, não é um homossexual que está ali, é uma pessoa que está sendo violentada. Não é pela condição de ser um homossexual que nós vamos aceitar que ele seja violentado.

Então, essas coisas deveriam ficar muito, mas muito transparentes, nos debates que aqui foram feitos e nós deveríamos nos responsabilizar por tudo quanto colocamos aqui, como indicação. Existe também uma coisa: o relatório não tem poder nenhum de execução, ele apenas indica. Caberá aos órgãos competentes fazer um estudo em cima da propositura e avançar ou não naquilo que eles acharem que é pertinente.

Nós tivemos também outra questão, como eu vi o Deputado falando, de que não adianta ficarmos só fazendo diagnóstico de um lado, sem colocar o outro lado, porque o Governo não faz. Eu vi aqui falarem do que se fazia no Plano Juventude Viva, assim como o Deputado colocou: *“Há seca, mas não invadiram os armazéns, não fizeram nada disso. Há o Bolsa Família, e não houve essa necessidade”*.



Ora, meu amigo, aqui nós falamos: *“Somos o Juventude Viva”*. Por que nós não falamos na questão da desconstrução do Juventude Viva sobre essa cultura da violência que está colocada? Nós tivemos também órgão do Governo aqui, nesta CPI. Nós tivemos Ministra falando a respeito das ações de Governo. Precisamos ter foco evidentemente para ajudar naquilo que realmente precisa. Se aprovarmos o relatório só para dizer que o Governo não faz nada, que não presta, também não estaríamos dando nenhuma contribuição. Diferente é quando falamos que o Governo precisa fazer algo, porque nós reconhecemos que há racismo e estamos indicando que está morrendo gente de fome em tal lugar. Nós não queremos que morram 500 policiais, nós não queremos isso, mas também não queremos que sejam assassinados 2.200 jovens.

Como é que tratamos essa coisa do militarismo, da polícia? Sabemos como foi criado, que ele foi criado como um controle de classes, de classes perigosas, de gente sob suspeita. Nós, negros, sabemos muito bem de toda essa história, de toda essa cultura. Eu acho que nós poderíamos colher mais informações de tudo o que foi colocado aqui. Eu tirei um grande proveito desta CPI, das audiências que tivemos aqui, não das que eu não acompanhei, mas das que tivemos aqui, para o meu estudo, para o meu conhecimento, e vi que tinham coisas interessantes. Pessoas interessantes, pessoas bem formadas, pessoas de conhecimento, dedicadas, falaram nesta CPI.

Essa nossa história, essa cultura do afro-brasileiro tem até na Constituição. Desculpem-me a modéstia, mas fui eu que coloquei a história do ensino da África na Constituição brasileira, o ensino da cultura afro-brasileira, não foi outra pessoa. E o Deputado Caó colocou o crime de racismo. Tudo isso nós temos na nossa Constituição como uma grande contribuição de debate, Relatora. Por que é que a gente não se dedica a fazer esse estudo para poder compreender o relatório? Senão, vai ser um relatório como outro qualquer. Ele vai ficar aqui, e nós vamos continuar dizendo: *“Não, eu vou defender meu ponto de vista, eu acho que tem um componente ideológico muito forte, ou um componente partidário”*. Quando não é. Nós estamos tratando de pessoas, nós estamos tratando de vidas, nós estamos tratando de constatações de coisas que realmente acontecem, e vão continuar acontecendo. O que nós deveríamos fazer era tentar ter outro dia para votar isso,



tentar, mais uma vez, ver isso com o nosso Presidente. Mas, se ele não deixar, paciência! Nós só temos uma saída: entregar o relatório, votar esse relatório. Eu vou votar com o relatório, mas gostaria de fazer essas considerações, porque eu acho que todas elas fazem parte da contribuição que cada um de nós, Parlamentares, temos, seja do nosso conhecimento científico, seja de nossa militância.

Então, eu queria parabenizá-la pelo seu esforço de fazer esse relatório com todo o conteúdo das nossas ideias, dos nossos pensamentos, das nossas posições. Lamento profundamente que não tenhamos mais tempo para esse grande debate, para arredondar um pouco mais esse relatório, de forma que as indicações pudessem ser mais contundentes, mais afinadas com tudo o que percebemos ser importante de ser feito, e não colocarmos como um debate da Oposição contra a Situação, contra o Governo.

De qualquer forma, parabéns, Deputada, parabéns, Presidente Reginaldo Lopes!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga por 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA** - Presidente Reginaldo Lopes, Relatora Deputada Rosangela Gomes, demais Parlamentares membros da CPI, vou ser bastante objetivo nas minhas palavras e não vou utilizar todo o tempo de 15 minutos.

Eu queria registrar a audiência realizada no Município de Nova Iguaçu, cujo relatório já foi encaminhado a esta Comissão. E gostaria que ele fosse registrado, com os diversos pontos recebidos. Não vou citar as questões levantadas uma por uma, mas, entre outras, houve um pedido de ajuda relacionado à existência de cemitérios clandestinos, o que precisa passar por um processo de investigação por parte das polícias e do Governo Federal, dos agentes do Estado. Fizemos esse encaminhamento também à CPI, para avaliação e registro.

Presidente e Relatora Rosangela Gomes, já fiz isso semana passada, mas quero voltar a ressaltar o avanço — que não pode ser retirado do relatório — que é o reconhecimento do genocídio da população negra brasileira. Um dos conceitos e



uma das definições é que genocídio é o assassinato deliberado de pessoas motivado por diferenças raciais. E o que acontece no nosso País, depois de tantos anos de escravidão, é, sim, uma ação deliberada.

Alguns podem me perguntar: *“Mas essa ação deliberada é o que efetivamente ocorre na sociedade brasileira?”* Eu diria, sem medo de errar, que sim. O disfarce do racismo brasileiro não pode servir como desculpa para que também venhamos a disfarçar o genocídio que ocorre no nosso País. Fazendo uma avaliação dos dados existentes, chegamos à conclusão, com o equilíbrio que exige essa discussão, que sim.

A partir do reconhecimento do genocídio, nós temos a possibilidade concreta de ter políticas públicas para que o Estado brasileiro recomponha suas ações e atividades. Reconhecer não é, de maneira alguma — e o relatório fez exatamente isso —, virar as costas para as tentativas que já existem e para as políticas públicas relacionadas ao combate à discriminação e ao racismo; ao contrário, é ir além.

O que V.Exa. fez no relatório apresentado foi exatamente isso. Essa não é uma demanda de V.Exa., essa não é uma demanda deste Parlamentar que vos fala. Essa é uma demanda que foi apresentada, ressaltada, discutida e rediscutida por muitos representantes do movimento negro, e inclusive por muitos representantes do movimento negro, e inclusive por muitos palestrantes, debatedores, em nossas audiências públicas.

A divergência é natural, e eu as respeito. Mas é importante que não procuremos descaracterizar o relatório apresentado. As medidas que estão sendo propostas precisam ser avaliadas com equilíbrio, com naturalidade, mas, ao mesmo tempo, com uma reação necessária por parte de todos aqueles que são representantes públicos, para que uma página possa ser virada.

Eu queria dialogar com os Parlamentares que falaram da parcialidade do relatório. Ora, a parcialidade existente na sociedade brasileira é aquela que finge que o racismo não existe. É exatamente essa parcialidade que fez com que, durante muitos e muitos anos, tivéssemos a exclusão da população negra brasileira. É exatamente essa parcialidade que dificulta que consigamos chegar a um diagnóstico e, a partir desse diagnóstico, ter políticas públicas efetivas para que essa página possa ser virada.



Eu queria me dirigir à Deputada Rosangela Gomes, que é a Relatora dessa matéria. Eu sei das enormes pressões relacionadas à apresentação de um relatório. Independentemente de um item ou outro, e de pontos que possam passar por uma discussão e deliberação contrária, V.Exa., no centro da apresentação, nos dá a possibilidade de ter uma avaliação positiva — não do nosso cenário, que é extremamente negativo — com a geração de alternativas ao quadro atual.

Meu colega Deputado Pastor Eurico falou aqui do que ele teve oportunidade de sofrer quando fez a apresentação do seu relatório, com seu posicionamento relacionado aos autos de resistência. Já tive oportunidade de dialogar sobre isso com o próprio Deputado e com outros Parlamentares. Fundamentalismo não é só religioso. Fundamentalismo pode ter relação com o comportamento e com a finalização de verdades que não abrem a possibilidade do contraditório. São verdades absolutas, que não dão a oportunidade de questionamento em relação a elas. O que ele sofreu quando assumiu uma posição contrária ao projeto de lei do Deputado Paulo Teixeira nada mais foi do que uma reação fundamentalista, que não aceita uma visão sobre a violência brasileira que não seja a da guerra. Se você tem uma visão alternativa que não seja a visão da guerra, você pode ser desqualificado como pessoa, como ser humano. É exatamente esse tipo de visão que procuramos combater, através do diálogo ponderado e da firmeza das posições, que precisam ser enfrentadas.

Eu quero solicitar ao Deputado Reginaldo Lopes que, como Presidente, determine que se registrem nos Anais da Comissão as contribuições que recolhemos na audiência pública no Município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Quero me dirigir à Deputada Rosangela Gomes e a todos que contribuíram com a formação do relatório. Ele pode, sim, ser um rumo positivo para uma virada de página não só do racismo brasileiro, mas da morte de jovens negros e pobres no nosso País. Espero que essa seja a primeira aprovação de um conjunto de medidas a serem desencadeadas para a revisão de uma realidade brasileira que ainda é muito cruel. O racismo disfarçado não pode ser usado para justificar aquilo que muitos querem desqualificar no relatório de V.Exa. A sociedade brasileira é racista, sim. Temos, na nossa sociedade, a ausência de políticas para evitar que os jovens



negros sejam exterminados. Esperamos que o relatório de V.Exa., além de ser aprovado por esta Comissão, seja também um patamar para uma nova discussão no Brasil, inclusive para os organismos internacionais que discutem o tema.

Presidente, não sei se vamos conseguir ter a votação do relatório hoje, já que está havendo deliberação em Plenário. Mas, independentemente disso, parablenizo a Comissão e todos que contribuíram para a sua efetivação, pelo seu afinco.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Para a informação de todos, ao término desta reunião, nós vamos convocar outra para votação do relatório, amanhã, às 12 horas. Peço a todos que alcocen depois ou antes. Conversei com o Presidente Eduardo Cunha. S.Exa. acha que vai convocar a Ordem do Dia a partir das 15 horas. Isso nos permite votar a partir das 12 horas. Alguém pode perguntar: *“Por que não vamos votar na parte da manhã?”* Porque não temos plenário disponível. O plenário que acertamos é o nº 14 — acho que é este —, a partir das 12 horas. Nós temos 3 horas para a votação do relatório, tendo em vista que já estamos há 6h30min debatendo-o, com a fala de 15 Deputados e Deputadas. A 16ª é a Deputada Mariana Carvalho, nossa Vice-Presidente, que tem a palavra por 15 minutos.

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Presidente, quero começar parabenizando V.Exa. pela Presidência desta CPI, a nossa Relatora Rosangela Gomes, todos os membros desta Comissão e os funcionários da Câmara que estiveram nos acompanhando.

Tivemos oportunidade de ver e ouvir a realidade do nosso País. Sem dúvida, foi essencial essa oportunidade de saber como é a realidade de cada Estado, de ver as diferenças que acontecem em cada Estado. Lembro que, quando tive oportunidade de participar em São Paulo, falei que a realidade do meu Estado era muito diferente. Ao levar a CPI para Rondônia, meu objetivo era mostrar a forma como a violência acontecia no meu Estado, pelo fato de ser um Estado na divisa com a Bolívia, onde há uma entrada facilitada de drogas. Isso faz com que cada vez mais tenhamos a nossa juventude envolvida em homicídios, que começam desde cedo.



Ao levarmos a CPI não só para Rondônia, mas para todo o País, pudemos fazer com que os olhos da sociedade se abrissem para essas mortes que vêm acontecendo. Fizemos também com que os órgãos responsáveis começassem a descobrir como melhorar, como evitar essas mortes, como evitar essa violência contra jovens pobres e negros no País. Pudemos ver que em vários Estados não havia esses levantamentos. Conseguimos fazer com que as Assembleias Legislativas de cada Estado firmassem um compromisso com a nossa CPI, com que cada Assembleia montasse sua Comissão para discutir e debater esse tema, que está no nosso dia a dia, mas, muitas vezes, queremos enxergar como se fosse uma coisa distante e não fosse a realidade do País.

Deixei bem claro, em alguns lugares onde pudemos ter oportunidade de estar, que escolhi estar dentro desta Comissão pelo fato de eu ser jovem, para tentar chegar dentro da nossa realidade, junto com os 27 membros. Acredito que todos que estão aqui fizeram a escolha de estar nesta CPI por acreditar na relevância e na importância do tema.

Conversei com todos, com a nossa Relatora, com o senhor, até mesmo com alguns membros desta Comissão — escutei agora o Deputado Glauber Braga, já tínhamos conversado um pouco antes —, e a minha única preocupação era a forma como estava a palavra genocídio. Mas, conversando, o senhor me explicou que ela foi tirada de um texto de Florestan Fernandes. Seria, mais ou menos, uma forma de genocídio simbólico. Fiquei bem preocupada — até comentei e conversei — com a forma de se colocar como se o País estivesse vivendo mesmo esse genocídio real, sendo que, se comparássemos a tantas guerras que houve no mundo, não poderíamos chegar a dizer que o País estava nessa guerra. Essa era a minha preocupação. Conseguimos conversar, tentar entender, mesmo tendo a minha preocupação. Tivemos guerras mundiais, como a dos Estados Unidos contra o Japão, e não foi considerado genocídio. Temos até mesmo a questão do genocídio armênio, que não foi considerado genocídio. Também podemos falar do que foi feito com os judeus na Alemanha. Demoraram 100 anos para reconhecer o que eles tinham feito com os judeus. E essa era a minha preocupação. Deixei bem claro aqui.

Mas tenho certeza de que o relatório e o trabalho feito por esta Comissão foram para se chegar à melhor forma para atender a população brasileira. Eu tenho



certeza de que essas discussões não ficarão só por aqui. A partir daqui, estaremos ainda nessa luta, para diminuirmos os nossos índices de violência. Eu vejo que toda a Câmara estará envolvida nesse processo. Temos de fazer com que haja essa mobilização nacional.

Eu gostaria também de pedir para a Relatora que faça a complementação de voto sobre os Estados que não ficaram no relatório. Não consegui ainda terminar o relatório inteiro. Faltaram os Estados do Pará, de Rondônia, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul. Tenho certeza de que é importante colocar essas realidades, até porque tivemos oportunidade de ouvir vários relatórios, como na capital de meu Estado, Porto Velho, que acho de extrema importância para se construir um futuro maior e melhor para a nossa juventude.

Até tivemos oportunidade de escutar e de ver que os próprios jovens, dentro da escola, estudando, com boas condições financeiras, acabavam se envolvendo com as drogas. E os acertos de conta faziam com que eles cometessem homicídios contra outros jovens. Às vezes, pela extrema pobreza, achavam que, com aquele dinheiro, chegariam à realidade do chefe das drogas do seu bairro. Podemos fazer com que haja um policiamento mais efetivo nas redondezas das escolas. Temos que trazer essas discussões para o Plenário, para o nosso dia a dia. Eu tenho certeza de que podemos chegar ao País que tanto queremos e no qual acreditamos, com mais paz, fazendo com que a nossa juventude tenha oportunidade de viver de verdade, com qualidade de vida e com segurança, sem medos. É isso que tivemos oportunidade de ouvir de muitos jovens que vivem com medo. Às vezes, o medo é próprio dos seus acertos de conta ou, como escutamos, até mesmo da polícia. Mas, às vezes, se eles não estiverem envolvidos nas drogas e tiverem mais qualidade no ensino, na educação, poderíamos dar-lhes um futuro melhor e fazer com que estivessem em outro rumo, e não neste rumo, que, muitas vezes, leva a tantos homicídios no nosso País.

Então, parabênzo a Comissão. Agradeço a oportunidade de trazer este debate tão interessante para dentro desta Casa, dentro de cinco CPIs, que podem ser montadas para tratar desse tema de extrema relevância para o nosso País.

Deixo meus parabéns a V.Exas. Que continuemos essa discussão para, sem dúvida, chegarmos aos resultados que esperamos para o nosso País.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho, pela participação, pela dedicação e pela militância.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - V.Exa. falou, quando da votação, que tem um requerimento para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Encerramento da discussão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, é aquele outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós temos, na verdade, dois requerimentos. O primeiro requerimento propõe fazer uma publicação, em formato separata, de todas as audiências públicas nos Estados.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo, colocando os depoimentos das pessoas que contribuíram, e também das vítimas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, mas não nas reservadas, porque nós decretamos que seria secreto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É claro. Então isso aí já consta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim. Mas, como nós não vamos votar hoje, vamos pautar para amanhã.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Na realidade, podemos votar o texto e colocar os apensados, se essa for a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, já tínhamos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Lá nós não vamos votar porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós aprovamos a publicação de 20 mil exemplares do relatório final.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Amanhã, nós vamos apreciar um requerimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Na oitava lá, da Bahia, foi recebido um ofício da Justiça Global. Esse ofício era de Salvador, da Bahia, sobre a ameaça de morte aos militantes da campanha Reaja ou Será Morto. Gostaria que constasse a cópia desse ofício no relatório da Justiça Global.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Todos os documentos recebidos e todas as falas públicas nas audiências estão em notas taquigráficas. A partir daí, nós vamos trabalhar para uma separata.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Nós vamos apreciar o requerimento amanhã.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Se fosse hoje, eu teria que fazer uma apreciação nominal aqui. Tendo em vista que nós vamos ter a votação amanhã, a partir de amanhã, entra na Ordem do Dia, e não precisa ser extrapauta.

O segundo requerimento é para que façamos uma separata só das proposições legislativas, das emendas constitucionais e das recomendações aos Poderes, ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, ao Conselho Nacional de Justiça, aos Estados. São dois requerimentos.

O relatório tem 300 páginas. Então, é importante ter o relatório, as audiências e as proposições legislativas, porque as proposições continuarão em tramitação aqui, na Casa. Nós queremos uma ampla divulgação dessas proposições legislativas, das proposições atuais que tramitam na Casa e também das recomendações, que são prerrogativas do Executivo. Por quê? Para que de fato toda a sociedade possa se mobilizar em torno dessas proposições legislativas.

Falta apenas um Deputado inscrito. É o Deputado Bebeto. Como ele não está presente, nós vamos encerrar a discussão em relação ao relatório final. Nós estamos convocando para amanhã, às 12 horas, no Plenário 14, a votação do relatório final, a partir das intervenções de cada Deputado e de cada Deputada. A Relatora está fazendo uma ampla reflexão, como solicitou à Presidência. E, amanhã, antes do processo de votação, ela apresenta os votos complementares ao relatório.

Eu pergunto à Relatora se quer fazer uso da palavra.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Amanhã? O.k.

Antes de encerrar, eu também quero agradecer a todos e a todas a presença. Eu acho que, a partir da conclusão do relatório e das recomendações, a CPI



conseguiu apresentar proposições legislativas que sustentam as recomendações e as suas conclusões. Eu espero que amanhã, na parte da manhã, possamos votar e encaminhar as proposições.

Agradeço aos Srs. Parlamentares, à Assessoria, aos demais presentes, aos movimentos a presença.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, eu só queria agradecer e elogiar o trabalho da Assessoria, que teve um papel importante na execução das audiências públicas, das diligências. Quando chegávamos, tudo estava preparado, não tinha problema. É importante destacar isso. Eu faço um agradecimento especial a todos os servidores que colaboraram com esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Amanhã, na condição de Presidente, eu também farei um agradecimento a cada assessor, a cada consultor e a cada militante que nos acompanhou durante esses 120 dias. Então, eu vou reservar para amanhã os agradecimentos.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para amanhã, quarta-feira, a partir das 12 horas, no Plenário 14, para votação do relatório final.

Declaro encerradas as discussões em relação ao relatório e os nossos trabalhos.